



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/26

FL. N.º 111

[Handwritten signatures]

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 15 DE JUNHO DE 2026

N.º 4/2026 - Quadriénio 2025/2029

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho:

HORA: Sessão agendada para as 20 horas de 15 de junho de 2026.

MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PPD/PSD

Presidente da Assembleia Municipal: Adriana Helena Silva Rodrigues;

1.º Secretário: António Fernando de Pina Marques;

PS

2.ª Secretária: Joana Filipa Correia de Almeida.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO PSD (PPD/PSD)

- Ana Rita Fernandes Martins;
- Carlos Nuno de Oliveira Pinho;
- Sandra Filipa Soares de Pinho, em suplência de Célia Maria dos Santos Tavares;
- André Albano Caravela Machado;
- Maria Paula Barbosa Leite de Pinho;
- Vítor Manuel Marques de Pinho;
- Carlos Alberto Soares Rodrigues, em suplência de Ana Letícia de Pinho Correia;
- J.F. Arões - Sílvia Daniela Costa Domingos;
- J.F. Cepelos - Fernanda Maria Tavares Gonçalves;
- J.F. Junqueira - Baltasar Almeida Lages;
- J.F. Rôge - Constantino Martins Pinho.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CDS (CDS/PP)

- José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva;
- José António Abrantes Soares de Almeida;
- Rita Alexandra Alves Casal;
- Simão Pedro Nogueira da Silva Dias;
- João Carlos da Silva Pinho;
- Adélia Maria Araújo Boucinha;

2026.06.15

- Jorge Manuel Santos Silva;
- José Augusto Tavares Ferreira, em suplência de Sónia Isabel Vide de Almeida Rodrigues Sá;
- J.F. São Pedro de Castelões - Carlos Alberto de Pinho Tavares;
- J.F. U. Freg. Vila Chã, Codal e VCP - Cristina Maria Vasconcelos Quintas.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO PS

- Albino Luís Soares de Almeida;
- J.F. Víctor de Sousa Tavares.

GM - GRUPO MUNICIPAL DO CHEGA

- Maria José Gomes de Aguiar;
- Armando de Oliveira Martins de Pina.

Esteve presente, em representação da Câmara Municipal, conforme a alínea r) do artigo 35.º, Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual versão, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva,** acompanhado pelos vereadores, Sérgio Miguel dos Santos Soares, Mónica Pinto Seixas, Nelson da Silva Martins, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares e Vítor Manuel Ribeiro Tavares. -----

Pelas vinte horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, dada a presença de vinte e seis membros, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa, Adriana Helena Silva Rodrigues, declarou aberta a sessão para análise à Ordem de Trabalhos que se transcreve: -----

ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

- a) Informações diversas, nos termos do disposto na alínea n) do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal;
- b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de abril de 2026;

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme o artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal)



2026.06.15

ATA N.º

4/26

FL. N.º

112

[Handwritten signature]

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Conforme o n.º 1 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal)

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. PROPOSTA DE VOTO DE SAUDAÇÃO - Pelos 50 anos da Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra;
2. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO - Implementação do Programa Municipal de Preparação Individualizada da Medicação (PIM);
3. MOÇÃO: Criação de oferta formativa específica dirigida a técnicos e funcionários não docentes das escolas públicas do concelho de Vale de Cambra no acompanhamento de alunos com necessidades específicas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
4. Regulamento de transmissão em direto e da Gravação das Sessões e Reuniões da Assembleia Municipal – Após consulta pública;
5. Desafetação de um trato de terreno situado no Gaveto entre a Rua da Escola Secundária e a Travessa das Levadas, Freguesia de Macieira de Cambra;
6. Alteração da delimitação do Lugar de Macieira à Velha e Costa Anelha e Atribuição de Topónimo no Lugar de Gaínde, Freguesia de Macieira de Cambra;
7. Emissão de autorização prévia para a contração de empréstimo e a aprovação da realização da obra de Ampliação de Redes de Abastecimento de Águas Residuais e Abastecimento de Água do Município do Vale de Cambra;
8. PMAC - Plano Municipal de Ação Climática de Vale de Cambra, de acordo com a documentação constante no Processo Medidata;
9. Apoio à Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões: realização da Festa da Freguesia de S. Pedro de Castelões e da XXXIII Semana Cultural;
10. Designação de quatro cidadãos para integrar a Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra (CMAPIAD);
11. Informação Municipal: informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 44.º do Regimento;

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA conforme n.º 6 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----



2026.06.15

SUBSTITUIÇÕES

Ao abrigo do artigo 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro na sua última versão

No uso da palavra, o 1.º Secretário da Mesa, António Fernando de Pina Marques, comunicou que na impossibilidade de estarem presentes os Deputados Municipais a seguir discriminados, os mesmos foram substituídos pelos elementos seguintes das listas dos respetivos Partidos, estando presentes e já empossados, pela:-----

- Lista PPD/PSD:

- Carlos Alberto Soares Rodrigues, em suplência de Ana Letícia de Pinho Correia; -----

- Sandra Filipa Soares de Pinho, em suplência de Célia Maria dos Santos Tavares; -----

- Lista CDS/PP:

- Por não se ter conseguido a substituição pelo seguinte da lista, em segunda convocatória, José Augusto Tavares Ferreira, em suplência de Sónia Isabel Vide de Almeida Rodrigues Sá. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu início aos trabalhos da Sessão:

ORDEM DE TRABALHOS DA SESSÃO ORDINÁRIA

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA n) DO ARTIGO 25.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

A Sr.ª Presidente da Mesa referiu-se aos últimos eventos ocorridos, designadamente ao 33.º Aniversário da elevação de Vale de Cambra a Cidade, da elevação de São Pedro de Castelões e Macieira de Cambra a Vilas, dizendo que a ocasião foi marcada por várias homenagens, incluindo o reconhecimento de trabalhadores com mais de 40 anos de serviço na Câmara Municipal, o descerramento das fotografias dos ex-Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal, José Pinheiro e Miguel Paiva, e a atribuição, a título póstumo, da Medalha de Ouro do Município ao Dr. António Júlio. ---

Um segundo evento que mereceu destaque foi o das Festas do Município e de Santo António, considerando ter sido um evento que teve grande sucesso, pelo que deixou o



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL. N.º 113

elogio à sua organização e realização, pelo empenho e dedicação envolvidos, expressando, por isso, os parabéns ao Executivo Municipal pelos dias de celebração que decorreram de forma muito positiva e participada no concelho. -----

Informou que os membros da Mesa têm recebido e participado em várias iniciativas do concelho, como o almoço-convívio da Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense, a audição final da Escola de Música, a inauguração da creche do Cabêço, o lançamento da quarta edição da revista cultural A Primavera, o 45.º aniversário do CDC Macieira de Cambra e o 41.º aniversário do Lions Club de Vale de Cambra. -----

Durante as intervenções supra, chegaram os Deputados Municipais do CHEGA, Maria José Aguiar seguida de Armando Pina, ficando, então, presentes na sessão, os 28 membros da Assembleia Municipal. -----

b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2026: -----

A Assembleia Municipal, com a abstenção dos Deputados Municipais Carlos Nuno de Oliveira Pinho, Sandra Filipa Soares de Pinho, João Carlos da Silva Pinho, Jorge Manuel dos Santos Silva e Maria José Gomes de Aguiar, por não terem estado presentes, deliberou por maioria, aprovar a ata da sessão ordinária de 27/04/2026. --

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Intervenção dos Senhores Deputados Municipais e Presidentes das Juntas de Freguesia, conforme o artigo 40.º do Regimento da Assembleia Municipal)

A Sr.ª Presidente da Mesa informou que o novo Regimento da Assembleia Municipal já se encontrava em vigor e que o Período de Intervenção do Público seria para dali a cerca de uma hora, devendo as inscrições ser efetuadas o mais rápido possível. -----

Relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia, esclareceu que os 60 minutos disponíveis serão distribuídos de forma equilibrada pelos quatro Grupos Municipais, garantindo-se ainda neste período, tempo para o Sr. Presidente da Câmara Municipal

2026.06.15

prestar os esclarecimentos considerados pertinentes, ficando as questões que não possam ser respondidas na sessão, de ser tratadas posteriormente e de acordo com os prazos previstos no Regimento. -----

Com esta organização, cada Grupo Municipal terá cerca de 10 minutos de intervenção, ficando abertas as inscrições para este período. -----

A Sr.ª Presidente deu a palavra aos Deputados Municipais, pela ordem de inscrição: -----

- José Pinheiro cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online. -----

Manifestou o seu reconhecimento e apreço pelo **trabalho do Dr. Fernando Mendonça, antigo Diretor do Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro**, com quem trabalhou entre 2018 e 2025, agradecendo a sua disponibilidade, competência e também a colaboração constante, tanto com as IPSS de Vale de Cambra, como pela sua presença nos momentos mais importantes para as instituições do concelho, salientando o seu profissionalismo, dedicação ao serviço público e o impacto positivo do seu trabalho neste município, tendo esperança de que o novo Diretor da Segurança Social de Aveiro tenha sido nomeado com base na sua competência e conhecimento da instituição, esperando que se mantenha o mesmo nível de compromisso no futuro, por ser importante o empenho e dedicação às instituições do concelho.-----

- José Soares cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.-----

Face às **Comemorações da elevação de Vale de Cambra a Cidade**, evento onde foram prestadas homenagens aos colaboradores da Câmara Municipal, a entrega da Medalha de ouro e título de Cidadão honorário, ao Dr. António Júlio Teixeira da Silva, e ainda a homenagem pelo ato da deposição solene das fotos dos anteriores Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, expressou um especial agradecimento ao ex-Presidente da Câmara Municipal, José Pinheiro e Silva, enaltecendo a sua dedicação ao concelho e o facto de ter sido o primeiro Presidente da Câmara eleito em três mandatos consecutivos. Deixou também, uma palavra de



2026.06.15

ATA N.º

4.26

FL N.º

114

[Handwritten signatures]

reconhecimento ao ex-Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Paiva, pela forma superior e competências demonstradas na Presidência da Assembleia Municipal durante os últimos dois mandatos.-----

Referiu-se ao sucesso e ao brilho das **Festas do Município**, festas que constituem um importante momento de lazer e convívio para a população, celebrações que representam igualmente uma manifestação de orgulho e da identidade local, felicitando todos os envolvidos na sua realização, que se dedicaram, porque todos merecem momentos de animação e descontração. Elogia a forte participação da comunidade nas festividades, destacando, em particular, a elevada qualidade das marchas seniores, infantis e dos “super seniores”, bem como o trabalho e envolvimento desenvolvidos ao longo de vários meses para a sua preparação, realçando também, o contributo das bandas de música e dos restantes grupos locais que participaram no evento, felicitando a população de Vale de Cambra pelo seu envolvimento e o Executivo Municipal pela organização das festas. -----

Sobre o **RunCambra**, disse ser esta, uma iniciativa que promove não apenas o desporto, mas também a cultura e o convívio entre os valecambrenses, felicitando a organização pelo sucesso do evento, salientando que a prova de atletismo atingiu o número máximo de participantes e que as inscrições para a caminhada esgotaram devido à elevada procura. -----

Quanto a uma notícia publicada num jornal de fora do município, **sobre os resultados contabilísticos da Câmara Municipal** no último ano, que gerou alguma preocupação devido à divulgação de resultados negativos, pretende tranquilizar a população, explicando que os resultados contabilísticos nem sempre refletem diretamente a situação financeira real ou a qualidade da gestão, uma vez que o atual sistema de contabilidade e respetivas normas diferem dos tradicionais modelos orçamentais. Sendo assim, esclareceu que um resultado negativo não significa necessariamente uma má gestão, mas sim, um resultado de opções estratégicas

2026.06.15



adotadas pelo município, que, tanto em 2025 como nos anos anteriores, foi orientada para responder às necessidades das pessoas e do concelho, uma estratégia centrada nas pessoas, que se traduz na redução de impostos, taxas municipais e das tarifas de água, saneamento e resíduos a qual teve como consequência, a diminuição das receitas contabilísticas, havendo, por contrapartida, um reforço do apoio à cultura, ao desporto, às famílias e às crianças. -----

Frisa que Vale de Cambra apresenta atualmente alguns dos impostos e tarifas mais baixos entre os municípios da Área Metropolitana do Porto, encontrando-se numa situação financeira sólida e que, caso fosse necessário equilibrar os resultados, existiria margem para aumentar receitas sem ultrapassar os valores praticados nos concelhos vizinhos. -----

Conclui que resultados negativos não significam necessariamente uma situação financeira preocupante, lembrando que vários municípios e até de grande dimensão, como Lisboa, Braga, Évora e Funchal, também registaram resultados negativos em determinados anos, sem que isso colocasse em causa a sua sustentabilidade financeira, assim como Pombal, onde o seu Presidente foi, por confiança na sua gestão, nomeado para Presidente da Associação dos Municípios Portugueses, pelos 308 municípios. -----

- João Carlos Pinho cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.

Defende que a Assembleia Municipal é o **espaço adequado para o debate político**, não devendo este ser feito através das redes sociais, mas sim, nestas sessões, frisando que a sua formação política não resultou da militância nas juventudes partidárias, mas sim, da influência de figuras de referência da política nacional, como Adriano Moreira, Freitas do Amaral, Francisco Lucas Pires, Manuel Monteiro e Paulo Portas, cujos valores e ensinamentos moldaram a sua postura e a sua orientação perante a política. Neste âmbito, disse haver algumas atitudes e intervenções políticas recentes,



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 115

via redes sociais, que considera inadequadas, por serem reveladoras de desconhecimento ou falta de competência política. -----

Referiu uma intervenção por si realizada na Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2026, sobre uma votação na Assembleia da República feita pelo Grupo Parlamentar do PSD contra uma proposta de intervenção na ponte da Reta da Batalha, em Cepelos, afirmando que a sua crítica foi feita por considerar esta, uma questão de grande importância para Vale de Cambra. Na mesma sessão, ficou registado que este Deputado Municipal, não a pode interpelar por ser simultaneamente Deputada da Nação e Deputada Municipal, no entanto, a Sr.ª Presidente da Mesa disse que iria partilhar nas redes sociais a audiência tida com o Ministro das Infraestruturas e Habitação sobre o assunto, querendo por isso, deixar a nota de que, na sua resposta volta a frisar a intenção de uso das redes sociais para debater os assuntos políticos relativos a Vale de Cambra e depois, quis deixar claro, que não pretendia interpelar a Sr.ª Presidente nem a Mesa desta Assembleia, mas sim, criticar a posição política do Grupo Parlamentar do PSD, voltando a frisar que considera as justificações do seu voto contra, insuficientes ou pouco esclarecedoras, e que as manifestações políticas devem ser ali feitas, no decurso de cada sessão. -----

Em seguida, referiu-se às **comemorações do 33.º Aniversário da elevação de Vale de Cambra a Cidade**, considerando a data, 20 de maio, uma ocasião de celebração, orgulho e valorização do concelho, da sua população trabalhadora, dos seus empreendedores e das suas empresas, lamentando, que novamente pelas redes sociais, a Presidente da Comissão Política do PSD não encare esta data com o mesmo espírito de reconhecimento e de exaltação da identidade Cambrense, das homenagens feitas e se sirva desta comemoração, para se pronunciar sobre o que a cidade não tem “num bota abaixo”, vindo depois a apagar os vídeos publicados, frisando que “uma vez na internet, para sempre na internet”.

2026.06.15



- **Jorge Silva cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.** -----

Propôs a realização de uma reunião com as Infraestruturas de Portugal para melhorar a **sinalização horizontal na rotunda oval**, definindo claramente as vias de circulação, de forma a aumentar a segurança e reduzir os problemas de trânsito. -----

Alertou para a necessidade de proceder à **poda da ramagem das árvores no Parque Urbano Dr. Eduardo Coelho**, uma vez que esta invade o passeio e representa um risco, sobretudo para invisuais. -----

Manifestou preocupação com os **sobrantes do abate de árvores** deixados junto às estradas em vários locais, considerando que constituem um elevado risco de incêndio, sugerindo que esses resíduos sejam triturados e deixados no terreno, contribuindo para reduzir o crescimento de vegetação rasteira e aumentar a retenção de água no solo. -----

Questionou o **ponto de situação dos projetos financiados pelo PRR**, solicitando esclarecimentos sobre o seu grau de execução e o cumprimento dos prazos, tendo em conta o risco de perda de financiamento por falta de execução, dado ter conhecimento que isso irá acontecer em municípios vizinhos. -----

- **Maria José Aguiar cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.**

Apresentou um conjunto de preocupações e questões dirigidas ao Executivo, incidindo sobre várias áreas de interesse para o concelho, tais como, o **envelhecimento da população** e a dificuldade em **fixar jovens** e famílias no concelho, destacando a necessidade de aumentar a **oferta de habitação**, perguntando **qual a estratégia do Município**, o número de habitações previstas no âmbito da Estratégia Local de Habitação e o ponto de situação dos projetos financiados pelo **PRR** bem como, para quando seriam visíveis resultados concretos. - -

Manifestou preocupação com o **acesso aos cuidados de saúde**, referindo dificuldades na marcação de consultas e na resposta de algumas especialidades, perguntando quais as diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal junto da ULS e



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 116

[Handwritten signature]

do Ministério da Saúde, responsável pela área, para defender os interesses da população. -----

Sendo Vale de Cambra um concelho bastante industrializado, continua com limitações das ligações rodoviárias, que constituem um entrave ao desenvolvimento, nomeadamente nas zonas do interior, pelo que solicita esclarecimentos sobre o calendário de **execução da ligação da A32 à Zona Industrial de Lordelo/Codal** e sobre o avanço do investimento anunciado, cujas obras ainda não se iniciaram. -----

Chamou a atenção para o estado de **degradação da rede viária municipal**, referindo a necessidade de uma manutenção planeada e continuada das estradas, valetas e pavimentos em diversas freguesias do concelho, em especial as do interior. -----

Questionou o ponto de situação da requalificação do **acesso ao lugar do Barbeito**, pela parte alta de Cabril, em São Pedro de Castelões, pedindo informações sobre a existência de projeto, financiamento e calendarização para a execução da obra, afirmando que as questões apresentadas refletem preocupações legítimas da população, apelando para uma resposta e concretização das intervenções necessárias. Face ao presente dia, 15 de junho, disse que, aquando da apresentação da MOÇÃO, no mês de fevereiro, foi dada a garantia aos habitantes do Barbeito, de que até agosto do corrente ano, seria concluída a requalificação, para depois ser asfaltada a referida estrada. Menciona esta questão, afirmando que, nestas sessões, não opta pela crítica, mas sim pela apresentação dos reais problemas dos Valecambrenses, para os quais estes esperam ação, determinação e resultados. -----

- **Armando de Pina cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.**

Referiu-se à **problemática da violência doméstica no concelho**, reconhecendo a existência de casos, mas não das entidades envolvidas. Contudo, louva o trabalho desenvolvido pelas entidades do município no apoio às vítimas, questionando, quais as respostas existentes para as pessoas que, após o período de alojamento temporário de três meses, continuam a necessitar de apoio habitacional e social. -----

2026.06.15



Sabendo que os trabalhadores em funções públicas o devem fazer em regime de exclusividade, nos termos da legislação em vigor e tendo em vista o interesse público, a imparcialidade e o conflito de interesses, pediu esclarecimentos sobre a eventual **acumulação de funções do Comandante/Coordenador da Proteção Civil Municipal**, designadamente quanto ao enquadramento legal da nomeação, o vínculo jurídico existente com a Câmara Municipal, o procedimento adotado para a sua contratação, a existência de autorização para acumulação de funções, a compatibilidade entre o exercício das funções de Coordenador da Proteção Civil e de Comandante dos Bombeiros Voluntários, bem como a eventual existência de pareceres jurídicos, avaliações de incompatibilidades e demais documentação administrativa que sustente a legalidade da situação. Pede ainda informação sobre o desempenho de funções remuneradas em outras empresas municipais ou outras entidades públicas ou privadas, associações, se sim, em que entidades e que autorização foi dada para o efeito e com que base jurídica. Esclareceu que o pedido tinha como objetivo assegurar a transparência e o exercício das competências fiscalizadoras da Assembleia Municipal. -----

- Vítor Tavares cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online. -----

Congratulou a Câmara Municipal pela celebração do **protocolo de cedência da Escola de Pintalhos** à Associação Póvoas de Santo Aleixo, manifestando satisfação por ver concretizada uma pretensão que já havia defendido em 2023, deixando uma palavra de apreço à Associação pelo reforço do movimento associativo da freguesia de Macieira de Cambra. -----

Face à falta de rede de saneamento em muitos lugares da sua freguesia, sugeriu a aquisição de uma **cisterna para disponibilizar às juntas de freguesia**, solução que permitiria assegurar, embora de forma temporária e até à conclusão dos investimentos previstos, a resolução do problema, contribuindo ainda para reduzir as



2026.06.15

ATA N.º 41.26

FL. N.º 117

[Handwritten signatures]

descargas de efluentes a céu aberto, como tem acontecido, evitando-se, assim, malefícios para a saúde pública e para o ambiente. -----

Relativamente à **floresta, exploração florestal e proteção civil**, manifestou a sua preocupação com a falta de limpeza de muitos terrenos, dificuldade em identificar proprietários e os obstáculos encontrados pelas equipas responsáveis pela gestão de combustível, nomeadamente em propriedades vedadas que impedem a realização dos trabalhos na totalidade da faixa, situações que comprometem a eficácia das ações de prevenção de incêndios, apesar do esforço desenvolvido pelas autarquias.-----

Defendeu que a **prevenção dos incêndios** é uma responsabilidade partilhada entre proprietários, autarquias e restantes entidades, porque as autarquias não dispõem de meios suficientes para responder à dimensão do problema, sobretudo num concelho com uma extensa área florestal como Vale de Cambra. Nesse sentido, apelou ao Governo, através de ambas as Deputadas da Nação ali presentes, para a criação de mecanismos legais mais rigorosos e céleres que assegurem o cumprimento das **obrigações de limpeza dos terrenos** e combatam o sentimento de impunidade existente. Alertou ainda para a persistência de faixas de gestão de combustível por executar, de vias de comunicação e aglomerados populacionais rodeados por vegetação, defendendo um reforço das ações de sensibilização, fiscalização e prevenção, por considerar que lamentar as consequências dos incêndios não pode substituir uma atuação preventiva. -----

Por último, abordou a gestão dos **sobrantes da exploração florestal**, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelos madeireiros e defendendo a criação de soluções que permitam uma remoção mais rápida destes resíduos, sugerindo a criação de um depósito concelhio para receção dos sobrantes florestais, de forma a reduzir os riscos associados à sua permanência junto das vias e dos terrenos. -----

- Albino Almeida cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online. - -

2026.06.15



Felicitou a organização das **Festas de Santo António** pelo seu grande sucesso, onde pôde verificar uma forte afluência de visitantes, salientando a qualidade das marchas populares, que, contribuíram para atrair muito público de fora do concelho. Contudo, manifestou a sua preocupação com o impacto provocado pela instalação dos carroceis e equipamentos de diversão junto ao Mercado, frente aos blocos habitacionais, afirmando que o ruído excessivo afetou significativamente a qualidade de vida dos moradores, uma vez que a proximidade entre o recinto e as habitações fez com que o som “batesse” nas fachadas dos edifícios, que absorve os decibéis das colunas, provocando vibrações nos vidros, caixilharias, mobiliário e outros elementos das casas, tornando impossível o descanso durante o período das festas. -----

Sublinhou já ter alertado para esta situação que todos os anos compromete o direito ao descanso dos residentes, afetando particularmente crianças ainda em época escolar ou de exames, idosos e trabalhadores, havendo muitos que, podendo, optam por passar esses dias fora. Referiu ainda que os incómodos se prolongam para além do período das festividades, uma vez que a desmontagem das infraestruturas gera igualmente elevados níveis de ruído durante a madrugada, agravando, ainda mais, o desconforto da população. -----

Mais disse, que existem constrangimentos na circulação e no acesso às garagens dos edifícios, devido à ocupação da via pública por equipamentos, veículos pesados e restantes estruturas de apoio ao evento, pedindo, mais uma vez, que no próximo ano, se evite esta situação e monitorize a emissão do ruído, porque todos têm direito ao descanso, bem como, e também, a usufruir da festa. -----

- **Vítor Pinho cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.** -----

Sobre a Escola de Teamonde, diz ser incompreensível que uma obra promovida pelo Município de Oliveira de Azeméis, esteja em território de Vale de Cambra e tenha avançado sem que tivesse sido previamente verificada a propriedade do imóvel, sendo essencial apurar as falhas nos mecanismos de fiscalização e de articulação



2026.06.15

ATA N.º

4/26

FL. N.º

118

[Handwritten signature and initials]

entre entidades, para evitar a repetição de situações semelhantes, sugerindo ainda que o caso seja comunicado ao Governo Central para reforço dos mecanismos de controlo. Disse ainda saber, que têm decorrido contactos entre os municípios limítrofes e respetivas juntas de freguesia, com vista à resolução da situação da escola e da delimitação territorial, tendo questionado os resultados concretos dessas diligências, as consequências jurídicas e financeiras da obra, caso não seja alcançado um acordo e de que forma será resolvido o impasse legal. -----

Ainda sobre a questão dos **limites territoriais** que envolvem a identidade, a história e os sentimentos das populações, disse que qualquer solução deve ter em conta os cidadãos, alertando para outros casos semelhantes, como o de Arrifaninha e das Baralhas, devendo ser ouvidas as pessoas. -----

Relativamente aos **transportes ocasionais municipais**, destacou a importância deste apoio para escolas, IPSS e associações sem fins lucrativos, lamentando que a verba disponível se tenha esgotado nos primeiros meses do ano devido à elevada procura, fruto do enorme movimento associativo, solicitando esclarecimentos sobre o reforço anunciado da dotação orçamental, respetivo montante e a possibilidade de reavaliar os pedidos anteriormente recusados por falta de verba, bem como os procedimentos refeitos para que as associações não saiam prejudicadas. -----

Sendo este, um concelho de forte componente serrana e geografia desafiante, alertou para as **dificuldades de mobilidade no concelho**, resultantes da reduzida oferta de transportes públicos, sobretudo nas zonas mais periféricas, aos fins de semana e nas ligações aos concelhos vizinhos e a Aveiro, pelo que seria bom fazer uma **revisão do Regulamento dos Transportes Municipais**, adequando-o às necessidades do concelho, reforçando as alternativas de mobilidade e o apoio às associações e à população.

2026.06.15



- Carlos Nuno Pinho cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online. -----

Solicitou esclarecimentos sobre as **alterações introduzidas no projeto das obras de habitação partilhada – ELH, em Ramilos**, em particular sobre a substituição da rotunda inicialmente prevista, considerando tratar-se de uma intervenção com impacto na mobilidade, circulação e segurança, questionando as razões que motivaram essa alteração, o processo de elaboração, validação e fiscalização do projeto, as responsabilidades dos intervenientes, bem como as implicações financeiras, legais e na candidatura da obra. -----

Manifestou ainda dúvidas pelo facto de o novo lancil já se encontrar executado antes da aprovação formal da alteração ao projeto, questionando se a deliberação submetida ao Executivo visava decidir a solução técnica ou apenas ratificar uma situação já concretizada. Solicitou igualmente esclarecimentos sobre a evolução do projeto, os responsáveis técnicos envolvidos, os custos associados às alterações e a solução definitiva para o local. -----

Respondendo à questão levantada pelo Deputado Municipal João Carlos Pinho, considerou que este já havia sido suficientemente esclarecido na Assembleia Municipal de 21 de fevereiro de 2026 e, deu nota de que o próprio Presidente da Câmara já afirmou ter tido o apoio a nível central, no que se refere a assuntos de Vale de Cambra; sobre as partilhas que referiu ter visto, conclui que aquele é uma pessoa atenta ao que se passa nas redes sociais, e que o vídeo apenas evidenciava diferentes perspetivas entre o PSD e o Executivo sobre o futuro do concelho, não contendo qualquer novidade, tendo, a sua remoção, sido uma decisão tomada por respeito institucional, assim como, o e-mail enviado ao Sr. Presidente da Câmara com o esclarecimento, apesar de entender não existir obrigação legal para o fazer, acrescentando, nesse seguimento, que o mesmo não aconteceu com o discurso do Presidente da Câmara, frisando que no exercício das suas funções institucionais, este



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL N.º 119

[Handwritten signature]

representa todos os Valecambrenses, tendo feito a sua intervenção enquanto dirigente partidário. -----

Findas as intervenções dos Deputados Municipais, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online. -----

Em nome do executivo residente manifestou grande satisfação com o sucesso das **Festas de Santo António**, evento que foi sempre extraordinário ao longo dos últimos anos, destacando a forma como estas conseguiram unir tradição, identidade, passado e modernidade, deixando um agradecimento a todos os envolvidos na sua organização, em particular, aos colaboradores do município, reconhecendo o seu trabalho essencial, muitas vezes discreto e sem visibilidade pública, para o sucesso destas festas. -----

Manifestou o seu **reconhecimento e gratidão ao Dr. Fernando Mendonça**, Ex-Diretor da Segurança Social de Aveiro, pelo contributo para o crescimento e desenvolvimento da instituição, elogiando-o pela sua capacidade de liderança e pela humanidade incutida no trabalho desenvolvido ao longo de oito anos e pelo apoio prestado ao Município e às IPSS de Vale de Cambra, deixando, em nome do município, um sincero agradecimento pelo respeito e dedicação demonstrados. -----

Informou, face à proposta da **sessão extraordinária temática, sobre saúde**, apresentada pelo Deputado Municipal do PS, que o novo Presidente do Conselho de Administração da ULS, Dr. Carlos Alberto Silva, manifestou disponibilidade em participar nessa Assembleia Municipal na qual poderá responder a questões relativa à ULS, na área da saúde. -----

Respondendo aos Deputados Municipais: -----

- Sobre o **trânsito na zona da Rotunda Oval**, disse que será solicitado um estudo técnico à DPOGU, em articulação com a IP, para avaliar possíveis soluções. -----

2026.06.15



- Quanto aos **arbustos junto ao Parque da Cidade**, disse que será feito um levantamento para corrigir a situação e melhorar o espaço. -----

- Sobre as **obras municipais**, garantiu que nenhuma candidatura aprovada está em risco de perder financiamento, apesar de haver algum atraso nas obras de requalificação dos dois campos do Estádio Municipal das Dairas e do Campo Sintético n.º 2, mas já estão assinados os contratos e deverão avançar os trabalhos, ainda durante o mês; a obra da Praia Fluvial encontra-se praticamente concluída, prevendo-se a abertura do espaço ao público até final do mês e a conclusão da requalificação da área envolvente até ao final do mês seguinte, permitindo ainda, a quem nos visita, a utilização do espaço durante grande parte do verão. -----

- Frisou que a questão da “**habitação**” é uma prioridade para Vale de Cambra e que o município tem dado passos importantes para responder aos problemas existentes, mantendo baixas as taxas de licenciamento para construção e requalificação, as quais têm contribuído para um aumento significativo da construção e recuperação de habitações em todas as freguesias, daí ter aumentado o investimento privado o que demonstra a atratividade pelo concelho, prevendo-se a entrada no mercado de mais de 300 novos imóveis até ao final de 2027, muitos dos quais destinados a arrendamento acessível. -----

Sobre a **Estratégia Local de Habitação**, que prevê 26 habitações — 20 fogos em Ramilos e 6 antigas escolas primárias reconvertidas — disse que estas serão brevemente disponibilizadas a famílias de Vale de Cambra, sendo as habitações resultantes da reconversão das escolas destinadas, preferencialmente, a famílias das respetivas freguesias. -----

Refere ainda que estão em preparação **três novos projetos habitacionais** e que, apesar das limitações de tempo e execução, o município continua a trabalhar para responder às necessidades da população e que, ainda em 2026, seriam colocadas ao serviço da população cerca de 8 novas infraestruturas nas áreas da educação, saúde,



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL N.º 120

[Handwritten signature] 9

cultura e área social, resultantes de projetos desenvolvidos e financiados ao longo dos últimos anos. -----

Informou que se encontra em execução um **processo de loteamento para jovens** com projeto de construção, situado do lado da via ascendente da Avenida Dr. António Fonseca, junto à antiga Fábrica da Uniagri, em quatro fases, destinado à construção de habitações T3 a preços controlados; que está a ser preparado um **processo de venda em hasta pública de outro terreno municipal**, destinado à construção de edifícios de apartamentos exclusivamente para arrendamento acessível, sem possibilidade de venda, existindo ainda um financiamento aprovado para um projeto já elaborado, de **construção de um condomínio com 13 habitações**, destinadas a arrendamento acessível para jovens. -----

- **Na área da saúde**, afirmou que o executivo continua a acompanhar as necessidades do concelho, estando agendada uma visita às diferentes infraestruturas de saúde, em **Arões, Macieira de Cambra, Junqueira e Centro de Saúde**, com o Presidente da Administração da ULS e a Vereadora do pelouro, para fazer um ponto da situação. Informou que o Centro de Saúde dispõe sobretudo de consultas de Medicina Geral e Familiar, não sendo correto afirmar que existem várias consultas de especialidade, pois estão disponíveis Psicologia, Podologia e Medicina Dentária, esta última recentemente integrada e já ao serviço da população de Vale de Cambra. -----

Referiu ainda, que está em execução o projeto para a criação de um **Centro de Reabilitação e Fisioterapia** e por último, informou que se iria realizar uma **sessão extraordinária da Assembleia Municipal dedicada à área da saúde**, promovida em colaboração com a Câmara Municipal e prevista para dia 19 de setembro, sendo então possível tirar dúvidas e dar sugestões para que o serviço na área da saúde seja melhorado e para que os Valecambrenses usufruam de um serviço ainda com maior qualidade. -----

2026.06.15



- **Sobre a ligação da Zona Industrial de Lordelo/Codal à A32** informou que ficou acordado com o Ministério das Infraestruturas, a realização de uma visita a Vale de Cambra para se falar dos trabalhos relacionados com o projeto da ligação. Contudo, esse compromisso ainda não foi concretizado e, face à ausência de comunicações sobre o assunto, disse ter pedido ao seu Chefe de Gabinete que verificasse o ponto de situação do projeto. -----

- Sobre a **Estrada do Barbeito - Cabril**, reiterou que nunca afirmou que a obra na sua totalidade estaria concluída em agosto e que, após questionar os responsáveis pelo acompanhamento da obra da E-Redes, foi informado de que os trabalhos dessa entidade, eventualmente, poderiam terminar no final de agosto, permitindo posteriormente à Câmara Municipal, avançar com a empreitada para execução da restante obra. Mais disse, que houve um mal-entendido quanto ao prazo, reforçando que não foi feita qualquer promessa de conclusão da obra em agosto, somente afirmando que a obra será feita, mesmo que não haja hipótese de ser através de uma candidatura. -----

- Sobre a existência de **problemas nas estradas**, nomeadamente os buracos e consequente necessidade de pavimentação e requalificação de caminhos, referiu ser um mal geral nos 308 municípios, tendo a Câmara Municipal realizado intervenções em dezenas de vias em várias freguesias e lugares, como Paraduça, Cabrum, Rua Rui Filipe, Santo Aleixo, Macieira de Cambra e Com-Adro apesar dos limitados recursos humanos e também financeiros, procurando intervir de forma equilibrada em todo o concelho, estando em curso, há cerca de um mês e meio, um trabalho diário de requalificação de passeios, além da constante intervenção nos espaços verdes e ajardinados. -----

- **sobre a prevenção da violência doméstica**, informou que existe um trabalho de sensibilização feito através de ações de formação, seminários e iniciativas dirigidas a diferentes públicos, tal como a ação que assistiu naquele dia na Biblioteca Municipal,



2026.06.15

ATA N.º 4.126

FL. N.º 121

[Handwritten signatures]

com uma oradora da Universidade do Porto, ação que considerou muito positiva. Acrescentou que o alojamento das vítimas de violência doméstica é uma responsabilidade da Administração Central e não uma competência direta da Câmara Municipal. -----

- **Sobre a situação do Coordenador Municipal da Proteção Civil**, que exerce uma dupla função, informou que a acumulação de funções foi juridicamente avaliada, tendo a Câmara Municipal consultado os seus serviços jurídicos e a CCDR Norte, cujo parecer foi favorável à renovação da nomeação da comissão de serviço, que existe desde 2022. -----

- Relativamente às **questões levantadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra**, disse que os seus contributos foram registados e que os serviços municipais irão analisar as situações apresentadas, com vista à avaliação de possíveis soluções para minimizar os problemas identificados. -----

- Relativamente aos **sobrantes florestais**, referiu que estão a reforçar as medidas para melhorar a gestão destes resíduos, através de uma maior fiscalização por parte da GNR junto dos madeireiros; que irá ser criado um ecoponto florestal nas instalações da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, na Serra do Pereiro, e que se prevê a colocação de 150 contentores para recolha de sobrantes florestais, além da aquisição de um biotriturador, com o intuito de promover o tratamento adequado destes resíduos e reduzir o risco de incêndio. -----

-Sobre a **Escola de Teamonde** informou que esta sempre foi tutelada e gerida pelo Município de Oliveira de Azeméis, apesar de, na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), se localizar em território de Vale de Cambra, não conhecendo, até ao momento, qualquer impedimento legal no processo da requalificação da escola, sendo, contudo, uma questão que deveria colocar no Município de Oliveira de Azeméis.-----

2026.06.15



- Relativamente à **delimitação territorial entre os concelhos limítrofes de Vale de Cambra**, informou que têm decorrido reuniões entre os Presidentes de Junta de Freguesia dos dois municípios, reconhecendo tratar-se de um processo complexo, já de longa duração, que exige conciliar ambas as vontades e os interesses das autarquias e, sobretudo, respeitar a vontade das populações residentes, garantindo a existência de uma vontade comum em resolver as situações pendentes em locais como Teamonde, Baralhas, Arrifaninha e Decide, acrescentando que também já abordou a questão de Arões com a respetiva Presidente de Junta, reconhecendo que se trata de um processo de difícil e demorada resolução. -----

- Sobre os **transportes ocasionais**, esclareceu que o processo em vigor não é anual, mas sim procedimental, informando que a Câmara Municipal irá lançar um novo procedimento durante os meses de junho ou julho, o qual representa um investimento elevado, na ordem dos 70 a 80 mil euros, mas que constituía uma importante forma de apoio às associações do concelho. Disse ainda que, devido ao aumento significativo do custo das viagens, o número de deslocações previstas esgotou-se rapidamente, motivo pelo qual o Município irá reavaliar o modelo de funcionamento deste serviço, que não pode ser constante, nem para todos, procurando torná-lo mais justo e ajustado às necessidades das associações. Durante o período de férias escolares, a Câmara Municipal procurará reforçar este apoio, utilizando os seus próprios autocarros e motoristas, uma vez que estes deixam de estar afetos ao transporte escolar. -----

Porque pedem apoios nas mais diversas formas, informou que o Município presta um apoio muito significativo ao movimento associativo, tanto financeiro, como pela cedência de autocarros, recursos humanos, seguros, o que representa cerca de meio milhão de euros por ano, podendo atingir entre 650 e 700 mil euros anuais quando contabilizados todos os recursos disponibilizados, incluindo utilização das infraestruturas da Câmara Municipal. O valor de apoio financeiro direto às



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 132

[Handwritten signatures]

associações aumentou de cerca de 100 mil euros, em 2021, para 270 mil euros em 2025, facto que obriga o Executivo a manter uma gestão financeira rigorosa para garantir a sustentabilidade das contas municipais, que obrigatoriamente são presentes em reunião, originam críticas, sendo ponto assente que “não é possível ter o melhor de dois mundos”. -----

- **Sobre o projeto de construção de 20 fogos – ELH, em Ramilos**, informou o deputado municipal Carlos Nuno Pinho, que lhe seria remetida a documentação, esclarecendo que, nesta fase final da obra e especificamente, sobre a rotunda, os serviços técnicos lhe comunicaram algumas dúvidas relacionadas com a dificuldade na circulação de viaturas pesadas, tendo-se, após análise conjunta dos serviços municipais da Divisão de Planeamento e Urbanismo, com o vereador responsável pelo trânsito e o Comandante da GNR, tomado a decisão de não avançar com a sua construção por se entender que esta não favoreceria a fluidez do trânsito. -----

- Relativamente ao **ruído durante as Festas de Santo António**, manifestou compreensão pelos incómodos causados aos moradores, referindo que conhece essa realidade por também residir nas proximidades. -----

Das reuniões realizadas sobre o assunto, entre outros temas relacionados com as festas, informou que o Executivo tem vindo a estudar alternativas para a reorganização do evento, dado que o centro da cidade já se torna demasiado exíguo, tendo em conta o seu crescimento em dimensão e afluência, reconhecendo, contudo, que será sempre difícil realizar um evento desta natureza sem causar alguns transtornos. Concluiu apresentando um pedido de desculpas aos moradores, comerciantes e restantes munícipes pelos constrangimentos verificados, nomeadamente a nível do ruído e da circulação rodoviária. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa agradeceu as explicações, frisando que teve de dar mais tempo de intervenção ao Sr. Presidente da Câmara, porque **o propósito principal é permitir que este responda a todas as questões, pedindo aos Grupos**



2026.06.15

Municipais, que no futuro, cumpram os 10 minutos de intervenção, garantindo assim 20 minutos para as explicações do Presidente. -----

A Mesa da Assembleia Municipal informou que, ao abrigo do artigo 52.º do Regimento da Assembleia, foi apresentado e admitido um requerimento da bancada do CDS-PP para enviar uma **comunicação de apreço ao Dr. Fernando Mendonça**. Após a sua leitura, este foi colocado à votação e **aprovado**, com a abstenção da bancada do PSD. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

NESTE MOMENTO, e de acordo com o fixado no n.º 1 do artigo 41.º do Regimento da Assembleia Municipal, a Sr.ª Presidente deu a palavra ao público, cujas intervenções e esclarecimentos, de acordo com o nº 6 do artigo 49.º do RJAL, constam, de forma sumária, após os assuntos da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1

PROPOSTA DE VOTO DE SAUDAÇÃO

À FANFARRA DO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALE DE CAMBRA PELA CELEBRAÇÃO DO SEU 50.º ANIVERSÁRIO

Proposta de Voto de Saudação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, lida pelo Deputado Municipal, **Carlos Nuno Pinho:** -----

“Pelos 50 anos da Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra o Grupo Municipal do PSD vem propor à Assembleia Municipal de Vale de Cambra a aprovação de um Voto de Saudação à Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra pela celebração do seu 50.º aniversário. -----

Ao longo de meio século, a Fanfarra tem sido um símbolo de dedicação, disciplina e espírito de serviço, honrando os valores que caracterizam os Bombeiros Voluntários e contribuindo para a afirmação da identidade de Vale de Cambra. -----

São cinquenta anos de história construídos por sucessivas gerações de homens e mulheres que, através da música, da camaradagem e do voluntariado, ajudaram a



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL N.º 123

[Handwritten signatures]

engrandecer uma instituição que é motivo de orgulho para todo o concelho. A Fanfarra marcou presença em inúmeros momentos da vida coletiva da nossa comunidade, representando Vale de Cambra com dignidade, empenho e elevado sentido de responsabilidade. -----

Esta data constitui uma oportunidade para reconhecer o trabalho de todos os que, ao longo destas cinco décadas, integraram a Fanfarra, assegurando a continuidade de um projeto que alia tradição, formação cívica e participação comunitária, contribuindo igualmente para a valorização do movimento associativo e humanitário local. -----

Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra manifeste o seu profundo reconhecimento e felicite a Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra pela celebração do seu 50.º aniversário, saudando todos os seus atuais e antigos elementos, dirigentes, instrutores e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra pelo contributo prestado ao concelho e às suas gentes. -----

Mais propõe que o presente Voto de Saudação seja transmitido à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra e à Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra. -----

Vale de Cambra, 3 junho de 2026 -----

Grupo Municipal do Partido Social Democrata" -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Deputados Municipais por ordem de inscrição: -----

- **Maria José Aguiar** deu nota de que o GM CHEGA se associa à atribuição deste voto de saudação, frisando esta, que os 50 anos da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra constituem uma efeméride que ultrapassa as diferenças políticas. Enalteceu o percurso da Fanfarra ao longo de meio século, considerando que, para além da vertente musical, esta tem desempenhado um importante papel na formação de gerações de Valecambrenses, promovendo valores como a disciplina, a

2026.06.15



camaradagem e o serviço à comunidade aliado a um papel fundamental como Bombeiros Voluntários, fazendo um trabalho nos momentos mais difíceis da vida da população, exemplo de dedicação, entrega, solidariedade e serviço à comunidade que muito valoriza, dada a sua ligação pessoal à terra e à corporação desde a infância. -----

Neste contexto, a fanfarra é apresentada como uma expressão desse mesmo espírito de compromisso e de participação na vida da comunidade. Manifesta, por isso, um forte apoio ao voto de saudação pelos 50 anos da fanfarra, felicitando todos os elementos, tanto atuais como antigos, bem como os seus dirigentes, instrutores e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, reconhecendo que o trabalho desenvolvido ao longo de cinco décadas, representa 50 anos de história, serviço e orgulho para Vale de Cambra, manifestando o desejo de que a fanfarra continue a inspirar as gerações futuras, tal como tem feito. -----

- **Albino Almeida** manifestou o seu orgulho e profunda gratidão à Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, destacando o seu contributo para a identidade e valorização da comunidade, sendo que, os 50 anos de existência da fanfarra, são muito mais do que atividade musical; representam décadas de voluntariado, disciplina cívica, dedicação e transmissão de valores entre gerações, conforme pôde comprovar pela sua experiência pessoal, que recorda por ter integrado a fanfarra em 1980, 1981 e 1982. -----

Referiu-se à fanfarra como símbolo cultural e representativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, sendo um exemplo pela sua capacidade de mobilização, de atrair muitas pessoas e várias formações de localidades vizinhas que contribuíram para dignificar e divulgar o concelho, como verificou no desfile do 4.º Encontro de Fanfarras realizado em Vale de Cambra, no âmbito das Festas de Santo António. Parabenizou a dedicação voluntária dos homens e mulheres que integram a fanfarra, que abdicam de tempo pessoal e familiar para servir a comunidade e levar o



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL N.º 124

[Handwritten signature]

nome de Vale de Cambra por todo o país, saudando os atuais e antigos elementos, instrutores, dirigentes, Comando e Associação Humanitária, desejando-lhes boa sorte no futuro.-----

- **José Pinheiro** referiu que o CDS se manifesta favorável ao voto de saudação, alusivo aos 50 anos da Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, dando nota que o seu partido é um amigo dos bombeiros, pois nos mandatos em que presidiu à Câmara Municipal, foi o tempo dos maiores apoios dados aos bombeiros voluntários, dada a importância da Associação Humanitária e o papel dos bombeiros na proteção civil e na comunidade. -----

Parabenizou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra, pela organização do 4.º Encontro de fanfarras, com a presença de 13 fanfarras, enaltecendo o contributo desta fanfarra para a vida da Associação, considerando que esta promove a união entre os seus elementos e incentiva a participação de jovens nas atividades da corporação.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer e felicitar a Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra pela celebração do seu 50.º aniversário, saudando todos os seus atuais e antigos elementos, dirigentes, instrutores e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra pelo contributo prestado ao concelho e às suas gentes. -----

Transmita-se o presente reconhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra e à Fanfarra do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vale de Cambra. -----

PONTO 2

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO INDIVIDUALIZADA DA MEDICAÇÃO (PIM)

2026.06.15



- Proposta de Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, lida pelo
Deputado Municipal, **Vítor Pinho**: -----

“Promoção da adesão ao serviço de Preparação Individualizada da Medicação (PIM)
através de parcerias locais e apoio a munícipes em situação de vulnerabilidade. -----

O envelhecimento demográfico e a crescente prevalência de doenças crónicas
constituem desafios relevantes para a saúde pública e para a qualidade de vida da
população. Vale de Cambra não é exceção, pelo contrário, apresenta índices
preocupantes de rácio entre a população jovem e idosa. -----

Sem surpresa, portanto, uma parte significativa da nossa população é constituída por
pessoas que, frequentemente, se encontram em situação de polimedicação, exigindo a
toma diária de múltiplos medicamentos e o cumprimento de regimes terapêuticos
complexos. -----

Esta realidade aumenta a probabilidade de situações diversas como: -----

1. Erros na administração da medicação; -----
2. Falhas de adesão à terapêutica prescrita; -----
3. Agravamento do estado de saúde; -----
4. Aumento de episódios de urgência e internamentos evitáveis; -----
5. Desperdício de medicamentos e de recursos financeiros. -----

A Preparação Individualizada da Medicação (PIM) é um serviço farmacêutico
prestado por farmácias comunitárias, no âmbito da sua atividade profissional e em
conformidade com as orientações das entidades competentes, permitindo organizar a
medicação por dias e períodos do dia, contribuindo para uma utilização mais segura e
eficaz dos medicamentos. -----

Sobre este serviço, a evidência disponível demonstra que a utilização deste serviço
promove uma melhor adesão à terapêutica, reduz os erros de medicação, aumenta a
autonomia dos idosos e contribui para aliviar a carga dos cuidadores informais. -----



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL. N.º 125

Sabe-se também que a adoção de programas preventivos de baixo custo, orientados para a melhoria da adesão terapêutica, constitui uma estratégia reconhecida de promoção da saúde e de utilização eficiente dos recursos públicos, particularmente em territórios com população envelhecida. -----

Este serviço apresenta, pois, várias vantagens, tais como: -----

1. Aumento da segurança Clínica, por reduzir o risco de erros de medicação e de possíveis situações de sobredosagem ou omissão terapêutica. -----
2. Melhor adesão à terapêutica, por facilitar o cumprimento dos tratamentos e, consequentemente, melhoria da condição de saúde. -----
3. Ajudar no apoio aos Cuidadores, por reduzir a carga associada à gestão diária da medicação. -----
4. Ganhos económicos globais, por reduzir a probabilidade de internamentos por episódios de urgência associados a erros de medicação, gerando poupanças para o sistema de saúde e também para as famílias. -----

Considerando as atribuições dos municípios em matéria de ação social, promoção da qualidade de vida e apoio às populações mais vulneráveis previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entende-se que a Câmara Municipal pode desenvolver mecanismos de incentivo e apoio ao acesso a este serviço PIM, sem prejuízo das competências próprias das entidades de saúde e das farmácias. -----

Considerando ainda que a eventual implementação de apoios financeiros municipais deverá ser sempre precedida de avaliação da respetiva viabilidade técnica, financeira e orçamental, bem como da aprovação dos instrumentos regulamentares legalmente exigidos, assegurando uma gestão responsável dos recursos públicos vimos por este meio propor para deliberação: -----

Que a Assembleia Municipal de Vale de Cambra recomende à Câmara Municipal que: -

2026.06.15



1. Desenvolva, em articulação com a Unidade Local de Saúde, as farmácias aderentes e as instituições sociais do concelho, um projeto-piloto de Preparação Individualizada da Medicação, dirigido prioritariamente a idosos em situação de polimedicação e vulnerabilidade social. -----
2. Avalie a viabilidade técnica, financeira e orçamental da criação de um programa municipal de apoio/acesso ao serviço PIM, destinado a munícipes economicamente vulneráveis, promovendo, caso se revele exequível, a elaboração do respetivo regulamento municipal e a previsão das verbas necessárias no orçamento do Município. -----
3. Obtendo-se resultados positivos, promova a celebração de protocolos de colaboração com as farmácias do concelho, visando incentivar a disponibilização do serviço PIM à população residente. -----
4. Garanta que qualquer protocolo ou programa municipal observe integralmente a legislação aplicável, incluindo em matéria de proteção de dados pessoais e dados de saúde, designadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD). -----
5. Promova ações de sensibilização e divulgação, em colaboração com as juntas de freguesia, unidades de saúde, instituições sociais e farmácias locais, dando a conhecer os benefícios deste serviço. -----
6. Proceda à monitorização e avaliação do impacto do programa, designadamente quanto à adesão terapêutica, redução do desperdício de medicamentos, satisfação dos beneficiários e potenciais ganhos em saúde. -----

A medida parece-nos, naturalmente, meritória uma vez que, quando se tem em conta os custos sociais e económicos associados a episódios de urgência, internamentos hospitalares evitáveis, agravamento de doenças crónicas ou institucionalização precoce, com benefícios económicos e humanos para as famílias, para o sistema de saúde e potencialmente para o Município. -----



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 126

Vale de Cambra, 3 de junho de 2026-----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata"-----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Deputados Municipais por ordem de inscrição: -----

- **José Pinheiro** centrou a sua intervenção nas recomendações constantes da proposta, frisando que já não é uma metodologia nova, referindo que o sistema de individualização da medicação já se encontra implementado há vários anos na Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e nas restantes IPSS do concelho, contribuindo para reduzir os riscos associados à toma incorreta dos medicamentos. --
Informou que o Município celebrou um protocolo com a Associação Nacional de Farmácias para apoio na disponibilização de medicamentos a pessoas economicamente vulneráveis, considerando que essa resposta poderá ser articulada com a proposta em discussão, com a qual concorda, defendendo que o sistema seja alargado às pessoas mais vulneráveis e com maiores dificuldades, através de uma atuação articulada entre as entidades de saúde, as IPSS, a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, de forma a identificar os beneficiários e assegurar uma resposta eficaz à comunidade. -----

- **Joana Almeida** salientou a importância de garantir o acompanhamento da saúde e do bem-estar das pessoas mais carenciadas, em especial dos idosos em situação de isolamento ou sem uma rede familiar de apoio, defendendo a necessidade de assegurar o correto acompanhamento da toma da medicação, tanto na doença crónica como na doença aguda. -----

Tendo tomado nota do papel já desempenhado pelas IPSS neste processo, conforme referiu o ex-Presidente da Câmara, José Pinheiro, questionou o Executivo sobre a existência de casos sinalizados de dificuldades no acesso à medicação prescrita e devidamente doseada, bem como, sobre os mecanismos de sinalização,

2026.06.15



acompanhamento e encaminhamento adotados pelo Município e pelas entidades competentes, desde a identificação das situações até ao respetivo acompanhamento.--

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, dando este a palavra à vereadora do Pelouro, Mónica Seixas: -----

Após cumprimentar os presentes, bem como os que assistiam à sessão online, esta referiu que o Município, através dos serviços de ação social e em parceria com as IPSS, presta apoio direto às pessoas com carências económicas no acesso à medicação, assegurando a comparticipação total dos medicamentos. -----

Informou ainda que o Município aderiu ao programa Rede Solidária do Medicamento, promovido em parceria com a Associação Nacional das Farmácias e a Associação Dignidade, sendo o acesso definido através da avaliação dos rendimentos do agregado familiar e, uma vez elegíveis, os beneficiários recebem um cartão que lhes permite levantar, em qualquer farmácia do país, a medicação prescrita com comparticipação total. Considera ser de grande importância, uma articulação próxima entre os serviços municipais e as entidades parceiras e valorizar a possibilidade de recorrer à medicação individualizada, por facilitar a correta toma dos medicamentos e reduzir o risco de enganos ou esquecimentos, sendo estes, os dois mecanismos em vigor, de apoio à medicação das pessoas economicamente vulneráveis no município de Vale de Cambra. -----

Não havendo mais intervenções, a Sr.ª Presidente da Mesa colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, recomendar à Câmara Municipal, as medidas apontadas e numeradas de 1 a 6 da proposta no âmbito da Implementação do Programa Municipal de Preparação Individualizada da Medicação (PIM).-----

PONTO 3

MOÇÃO

CRIAÇÃO DE OFERTA FORMATIVA ESPECÍFICA DIRIGIDA A TÉCNICOS E FUNCIONÁRIOS NÃO DOCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO CONCELHO DE VALE



[Handwritten signature]

**DE CAMBRA NO ACOMPANHAMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECÍFICAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO:**

Moção apresentada pelo Grupo Municipal do CHEGA, resumidamente lida pela
Deputada Municipal, M.^a José Aguiar: -----

“Exposição de Motivos -----

A escola pública deve ser um espaço de inclusão efetiva, de proteção, de
acompanhamento e de igualdade real de oportunidades para todas as crianças e
jovens. -----

Esse princípio assume particular relevância no caso dos alunos com necessidades
específicas de suporte à aprendizagem e à inclusão, cuja integração escolar exige não
apenas enquadramento legal adequado, mas também meios humanos preparados e
resposta funcional no terreno. -----

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 74.º, consagra o direito de
todos ao ensino, impondo ao Estado e às entidades públicas o dever de assegurar
condições de igualdade no acesso e no sucesso escolar. Por sua vez, o regime jurídico
da educação inclusiva, designadamente o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho,
determina que a escola deve mobilizar os recursos necessários para responder à
diversidade dos alunos, removendo barreiras à aprendizagem e à participação. -----

A concretização prática destes princípios continua a revelar fragilidades. Em muitas
escolas do concelho, os assistentes operacionais, técnicos e demais trabalhadores não
docentes são quem assegura, no quotidiano, o primeiro e mais imediato
acompanhamento destes alunos, nomeadamente em momentos de deslocação,
alimentação, recreio, higiene, segurança ou apoio funcional em contexto escolar.
Todavia, esses profissionais nem sempre dispõem da formação específica necessária
para responder, com segurança, competência e previsibilidade, às exigências
concretas associadas a alunos com limitações físicas, cognitivas, sensoriais,
emocionais ou comportamentais. Esta lacuna compromete a qualidade da resposta

2026.06.15



educativa, sobrecarrega docentes e estruturas escolares, e pode colocar em causa a própria eficácia do modelo de inclusão. -----

Importa recordar que, no quadro da descentralização de competências para as autarquias locais, designadamente por via da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, os municípios passaram a assumir responsabilidades relevantes no domínio da educação, incluindo a gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino públicos. -----

No caso concreto de Vale de Cambra, esta matéria assume especial relevância. Uma política municipal de educação responsável não pode limitar-se à gestão administrativa de recursos; deve também assegurar que os trabalhadores colocados ao serviço das escolas tenham condições para exercer as suas funções com competência, dignidade e preparação adequada. -----

A criação de oferta formativa específica e contínua para trabalhadores não docentes afetos às escolas do concelho representa, assim, uma medida de bom senso, de reforço da qualidade do serviço público e de capacitação efetiva dos profissionais e proteção dos alunos e das suas famílias. -----

Trata-se, aliás, de uma medida com elevado retorno funcional e baixo custo comparativo, que pode melhorar significativamente a capacidade de resposta das escolas e reforçar a confiança da comunidade educativa. -----

Nestes termos, o Município deve assumir uma intervenção ativa nesta matéria, promovendo um plano de formação municipal orientado para os trabalhadores não docentes das escolas públicas do concelho, em articulação com entidades competentes e formadoras certificadas. -----

Face ao exposto, e ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do CHEGA na Assembleia Municipal de Vale de Cambra recomenda:-----

1. Promover a criação e disponibilização de oferta formativa específica dirigida a assistentes operacionais, técnicos e demais trabalhadores não docentes afetos



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL N.º 128

[Handwritten signature]

às escolas públicas do concelho de Vale de Cambra, com vista à melhoria da resposta dada a alunos com necessidades específicas de suporte à aprendizagem e à inclusão. -----

2. Assegurar que essa oferta formativa inclua, designadamente, conteúdos relativos a: -----

a) noções fundamentais sobre educação inclusiva e deveres funcionais em contexto escolar; -----

b) estratégias de comunicação e interação com alunos com perturbações do desenvolvimento, limitações sensoriais, motoras, cognitivas, emocionais ou comportamentais; -----

c) procedimentos de acompanhamento, segurança, vigilância e apoio à autonomia dos alunos; -----

d) articulação funcional com docentes, técnicos especializados, equipas multidisciplinares e encarregados de educação; -----

e) prevenção e gestão de situações de crise, conflito, desregulação comportamental e especial vulnerabilidade. -----

3. Promover essa oferta formativa em articulação com entidades públicas ou privadas com competência formativa, designadamente o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., instituições de ensino superior, associações especializadas, IPSS, misericórdias, cooperativas, centros de formação e demais entidades certificadas para o efeito. -----

4. Avaliar, em articulação com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas do concelho, as necessidades concretas de formação dos trabalhadores não docentes nesta matéria, com vista à definição de um plano municipal de capacitação funcional adequado à realidade educativa de Vale de Cambra. -----

2026.06.15



5. Apresentar ao órgão executivo municipal, no prazo máximo de 120 dias, informação sobre as diligências desenvolvidas, necessidades identificadas e modelo de implementação da presente medida. -----

Vale de Cambra, 23 de abril de 2026 -----

Os Deputados do Grupo Municipal do CHEGA" -----

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- **João Carlos Pinho** disse estar em causa, a criação de uma oferta formativa específica para técnicos e funcionários não docentes das escolas do concelho, que deve ser promovida pela autarquia em articulação com o Agrupamento de Escolas do Búzio e com entidades formadoras regionalmente certificadas, como o Centro de Formação de Escolas de Arouca, Câmara e Oliveira de Azeméis (AVECOA) e a ADRIMAG, através do Centro Qualifica, ou seja, existe uma rede diversificada de entidades formadoras que disponibiliza formação adequada, sendo que, esta última dispõe de formação na área de Serviço de Apoio a Crianças e Jovens, tendo já realizado várias ações destinadas a profissionais do município e do agrupamento escolar, apesar desta nunca ser suficiente. -----

Mais disse que a Rede Qualifica integra entidades educativas, como os Agrupamentos de Escolas, e formadoras dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra, como a Associação Empresarial de Cambra e Arouca e outras entidades formadoras, nomeadamente a CM Academia, o Instituto de Línguas de Vale de Cambra, a Associação Florestal de Entre Douro e Vouga, o Centro de Formação de ARSOPI, a FORESP o IEFEP e a própria Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional. -----

Informou ainda que esta informação se encontra disponível e atualizada no site da Câmara Municipal e que muitas auxiliares de ação educativa já frequentaram estas



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 129

 9

formações e que continuam a existir ações disponíveis, não sendo prioritário criar mais oferta formativa, mas divulgar melhor a formação existente e incentivar os funcionários a frequentá-la, sobretudo porque se regista alguma dificuldade em preencher o número de vagas. -----

- Fernanda Gonçalves cumprimentou os presentes e os que assistiam online. ----

Sendo o seu GM favorável à Moção, defende que uma escola verdadeiramente inclusiva depende não só de legislação adequada, mas também de profissionais devidamente preparados para responder às necessidades específicas dos alunos. Frisa que a formação contínua, apesar de ser um direito dos trabalhadores e uma obrigação das entidades empregadoras, deve ser adequada às funções desempenhadas e às necessidades reais das escolas, dando especial destaque ao papel daqueles assistentes operacionais que fazem o acompanhamento de alunos com necessidades específicas, por isso, tidos como medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, dado que estes profissionais asseguram tarefas fundamentais relacionadas com deslocações, alimentação, higiene, recreios, vigilância, segurança, gestão de crises emocionais e autonomia dos alunos com limitações motoras, sensoriais, cognitivas, emocionais e comportamentais, incluindo alunos com dificuldades graves de comunicação verbal que necessitam de competências técnicas, capacidade de adaptação, sensibilidade e rapidez de resposta. Baseando-se também na sua experiência, enquanto docente de Educação Especial, reforça que a inclusão não depende apenas dos professores e técnicos especializados, mas de toda a comunidade educativa, sendo importante a formação mais específica e menos generalista, construída a partir das necessidades concretas identificadas nas escolas e direcionada para as características dos alunos acompanhados por estes profissionais. Esta formação contribuiria simultaneamente para valorizar os

2026.06.15



trabalhadores, melhorar a qualidade do apoio prestado aos alunos e às famílias e dar maior segurança e confiança aos próprios profissionais.

Terminou, afirmando que investir na qualificação e preparação dos assistentes operacionais é fundamental para construir uma escola mais inclusiva, segura, competente e capaz de responder adequadamente à diversidade dos seus alunos. -----

—**Albino Almeida** manifestou dúvidas quanto ao conteúdo da Moção, afirmando não compreender propriamente qual a medida concreta que se pretendia implementar, uma vez que já existe formação na área da inclusão e que o principal problema das escolas, e importantíssimo, não é a falta de formação, mas sim a escassez de assistentes operacionais, agravado pelo processo de descentralização de competências, sobretudo administrativo, que transferiu responsabilidades para os municípios sem o correspondente reforço financeiro. -----

Frisou que a formação deve ser especializada e dirigida a profissionais com o perfil adequado, considerando que nem todos estão preparados para desempenhar estas funções, estando, o Agrupamento de Escolas do Búzio, já a desenvolver planos de formação para os seus trabalhadores, em articulação com a Câmara Municipal, os serviços de saúde e as equipas multidisciplinares, com mecanismos e práticas de apoio à educação inclusiva no concelho. -----

Para si, o desafio passa mais por reforçar os recursos humanos e desenvolver as respostas já existentes, e não, criar novas medidas que, na sua perspetiva, já se encontram implementadas e devem continuar a existir, articuladas com o AVCOA (Centro de Formação de Escolas de Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis), por ser uma entidade com experiência, capacidade para encontrar formadores especializados, recursos financeiros e conhecimento das necessidades das escolas. Por isso, seria desnecessário criar um plano de formação paralelo, devendo antes ser reforçado e valorizado o trabalho já desenvolvido pelo AVCOA, respeitando a



autonomia das escolas, defendendo que o Governo Central devia disponibilizar financiamento para a contratação de mais funcionários. -----

Apesar de totalmente favorável à formação, entende que a moção ignora o trabalho já realizado e não responde ao problema central da falta de pessoal, razão pela qual manifesta a intenção de se abster na votação.

- **José Pinheiro** disse já existir formação regular para os assistentes operacionais, bem como Programas de acompanhamento estruturado às crianças com necessidades educativas especiais, como o apoio a crianças com perturbações do espectro do autismo, desenvolvido através do protocolo celebrado com a FOCUS, e ainda, o Projeto Raízes, uma iniciativa municipal que atua em rede com as escolas e profissionais de saúde, acompanhando casos como dislexia e problemas comportamentais, com extraordinários resultados. -----

Concordando com o Deputado Municipal Albino Almeida, disse que o principal problema é o défice de assistentes operacionais, devido aos rácios definidos pelo Ministério da Educação, que considera desajustados, por terem em conta apenas números e não as necessidades específicas dos alunos. -----

Refere ainda, que o financiamento transferido pelo Estado é insuficiente para responder às necessidades reais, tendo, apesar disso, o Município de Vale de Cambra contratado pessoal acima dos rácios estabelecidos, ministrando formação sobretudo em períodos não letivos, sendo o acompanhamento das crianças com necessidades educativas especiais, realizado de forma atenta e profissional pelos serviços municipais. -----

- **Maria José Aguiar, pedindo a palavra**, agradeceu os contributos, reconhecendo o bom trabalho desenvolvido pelo Município de Vale de Cambra na área da educação e concorda que o défice de assistentes operacionais, resultante dos rácios definidos pelo Ministério da Educação, constitui um dos principais problemas, salientando que esta é também uma preocupação debatida a nível nacional. -----

2026.06.15



Frisou ainda que a nível nacional se constata a falta de docentes de educação especial e de técnicos especializados, sendo este um problema crescente, devido ao aumento do número de alunos com necessidades educativas específicas. -----

Esclarece, contudo, que a moção não pretende pôr em causa a existência de formação, que se sabe existir, mas sim, defender que esta deve ser permanente, contínua e adaptada às novas realidades, dado que está em constante atualização. -----

Apela, assim, para que os assistentes operacionais, os que estão diariamente e durante mais tempo junto dos alunos, sobretudo dos mais vulneráveis, tenham uma atualização formativa constante para responder adequadamente às diferentes situações que enfrentam, tendo sido esse, o ponto fulcral da apresentação da moção que visa reforçar o compromisso da autarquia com a formação contínua dos assistentes operacionais, garantindo uma resposta cada vez mais qualificada às necessidades das crianças e jovens, especialmente daqueles com necessidades educativas especiais. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara manifestou a sua satisfação pelo trabalho extraordinário desenvolvido no apoio às crianças e jovens com necessidades educativas especiais, considerando que o município tem dado uma resposta acima da média e, tal como já foi dito, neste momento existem mais assistentes operacionais do que o rácio definido pelo Governo, embora se considerem insuficientes, sobretudo para crianças que necessitam de acompanhamento individualizado. -----

Afirmou a necessidade de defender, junto dos órgãos centrais, uma revisão dos rácios de assistentes operacionais, tendo em conta as necessidades específicas das crianças, nomeadamente as que sofrem perturbações do espectro do autismo ou têm outras necessidades educativas especiais, sendo, por isso, que foi mantido pela Câmara Municipal o Projeto Raízes, mesmo depois de terminar o financiamento inicial, assumindo os custos com psicólogas, terapeutas e restantes despesas. -----



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 131

[Handwritten signature]

Informou que, atualmente, o Projeto Raízes voltou a ter financiamento através de uma nova candidatura e, porque se reconhece a importância desse apoio, ainda se continua a financiar um terapeuta da FOCUS; também, nas férias desportivas, os jovens com necessidades especiais participam juntamente com as restantes crianças, cada um com acompanhamento individual, garantindo uma maior inclusão. -----

Dada a dificuldade em recrutar profissionais para estas funções, do ensino especial, referiu a necessidade de ser criada uma carreira específica mais valorizada, pois só assim, se conseguiria melhorar a qualidade do apoio prestado tanto a crianças e jovens com necessidades especiais como a idosos. -----

A Assembleia Municipal, com treze abstenções dos Grupos Municipais do CDS/PP e do PS deliberou, por maioria, recomendar à Câmara Municipal, a criação de oferta formativa específica dirigida a técnicos e funcionários não docentes das escolas públicas do concelho de Vale de Cambra no acompanhamento de alunos com necessidades específicas de suporte à aprendizagem e à inclusão, conforme proposta.

PONTO 4

REGULAMENTO DE TRANSMISSÃO EM DIRETO E DA GRAVAÇÃO DAS SESSÕES E REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APÓS CONSULTA PÚBLICA:

A Sr.ª Presidente da Mesa informou que, após o período de consulta pública, não foram apresentados quaisquer contributos, estando o Regulamento em condições de ser aprovado, após o que, será distribuído juntamente com o Anexo, “Declaração de Autorização para a Transmissão em Direto”, o qual deve ser entregue aos Serviços de Apoio, devidamente assinado. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Transmissão em Direto e da Gravação das Sessões e Reuniões da Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea g) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

2026.06.15



PONTO 5 -PROCESSO MEDIDATA N.º 25126/26

DESAFETAÇÃO DE UM TRATO DE TERRENO SITUADO NO GAVETO ENTRE A RUA DA ESCOLA SECUNDÁRIA E A TRAVESSA DAS LEVADAS, FREGUESIA DE MACIEIRA DE CAMBRA:

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara Municipal adquiriu um trato de terreno, localizado em Ramilos, Macieira de Cambra, com o objetivo de construir uma estrada. Contudo, com a aprovação da revisão feita ao PDM, verificou-se que a mesma já não seria executada e, tendo o antigo proprietário solicitado a reversão do terreno, foi iniciado processo para o efeito, faltando a autorização em Assembleia Municipal para o terreno ser integrado no domínio privado da Câmara Municipal, para se dar continuidade ao processo. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de um trato de terreno com a área de 112 m², situado no Gaveto entre a Rua da Escola Secundária e a Travessa das Levadas, freguesia de Macieira de Cambra, identificado na planta de implantação escala 1/200, conforme o disposto na alínea q) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal e de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 02/06/2026. -----

Durante a votação, encontravam-se ausentes, os Deputados Municipais, Carlos Nuno de Oliveira Pinho e José António Abrantes Soares de Almeida.

PONTO 6 - PROCESSO MEDIDATA N.º 14770/26

ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DO LUGAR DE MACIEIRA À VELHA E COSTA ANELHA E ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMO NO LUGAR DE GAÍNDE, FREGUESIA DE MACIEIRA DE CAMBRA:

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara informou que a proposta a apreciar era a da nova delimitação do lugar de Macieira a Velha e Costa Anelha, conforme aprovado na Câmara Municipal face às atas apresentadas pela Junta e Assembleia de Freguesia de Macieira de Cambra.-----



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 132

.....
.....

Mais disse, que o topónimo a atribuir no lugar de Gainde, conforme deliberação da Câmara Municipal, ficaria pendente de uma melhor definição da localização do arruamento. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração da delimitação do Lugar de Macieira à Velha e Costa Anelha, freguesia de Macieira de Cambra, identificada na planta topográfica escala 1/4000, conforme o disposto na alínea r) artigo 4º do Regimento da Assembleia Municipal e de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 02/06/2026. -----

PONTO 7 - PROCESSO MEDIDATA N.º 16363/26

EMIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO E A APROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA:

No uso da palavra, o Sr. Presidente fez a seguinte intervenção: “Como oportunamente anunciado, o Município de Vale de Cambra deu mais um passo na melhoria das infraestruturas básicas do Concelho ao apresentar uma candidatura ao Programa Comunitário FEDER, destinada à ampliação de sistemas de saneamento em diversos lugares do território. -----

A intervenção contempla os lugares de Janardo, Junqueira de Cima, Arões, Lourosa, Pé da Cota, Cimo da Aldeia, Salgueirinhos, Salgueirô, Arial, Padraços e Passô, representando um investimento inicial de 3.114.350,21 euros, acrescido de IVA. -----

Durante a fase de análise técnica do projeto, identificámos a oportunidade de integrar igualmente trabalhos de reforço e extensão da rede de abastecimento de água nas mesmas áreas de intervenção, procurando com isso otimizar recursos, evitar futuras intervenções nas vias públicas e minimizar os constrangimentos para a população. ---

A componente adicional relativa ao abastecimento de água representa um investimento estimado de 1.328.416,12 euros, acrescido de IVA elevando o valor global da operação como preço base para 4.442.766,33 euros mais IVA. -----

2026.06.15



Face à dimensão do investimento e após avaliação das atuais condições financeiras do município, concluiu-se pela necessidade de recorrer a financiamento bancário para assegurar a comparticipação municipal, ou seja, as componentes não financiadas ou não elegíveis no âmbito da candidatura comunitária. -----

Nesse sentido, encontra-se prevista a contratação de um empréstimo bancário até a montante máximo de 2.332.031,00 euros, garantindo assim a concretização de um projeto considerado estratégico para a melhoria da qualidade de vida das populações e para o reforço da cobertura do serviço de saneamento e abastecimento de água no Concelho." -----

Continuando, o Sr. Presidente acrescentou que a intervenção nas redes de abastecimento de água e saneamento foi inicialmente orçamentada em cerca de 3,1 milhões de euros, com 70% de financiamento, mas que após reavaliação, a Câmara decidiu alargar as obras a várias localidades, incluindo Arões, Junqueira, Janardo, Passô, Samil, Valegalhardo, Búzio, Baralhas, Rua do Vale Longo e Ramilos, entre outras, sendo que com este alargamento, a parcela não financiada poderá atingir 2,3 milhões de euros, elevando o investimento municipal total para 4.442.766,33 euros. Solicita, por isso, à Assembleia Municipal, a autorização para a contratação deste empréstimo, que permite avançar com as empreitadas. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos deputados municipais, tendo-se ausentado por breves momentos, ficando na condução dos trabalhos, o 1.º

Secretário, António Fernando de Pina Marques: -----

- **Vítor Tavares**, como Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra, frisou ser este, um investimento essencial para melhorar o bem-estar da população, face ao número de habitantes e às necessidades existentes, entendendo que a Câmara Municipal está a atuar com rigor e boa gestão das contas públicas, tendo em consideração a sua capacidade de endividamento. Por isso, apoia a decisão tomada em prol do desenvolvimento e progresso do concelho, que é de louvar. -----



2026.06.15

ATA N.º 4.126

FL. N.º 133

[Handwritten signature]

- **Maria José Aguiar** referiu que o partido CHEGA apoia as obras por considerar a água e o saneamento, serviços essenciais e não um luxo. Contudo, exige-se rigor, transparência e responsabilidade financeira, criticando os atrasos de décadas de falta de planeamento, que levam agora à necessidade da contração de um empréstimo de elevado valor. Assim, questiona o facto de, em 2026 e em pleno século XXI, ainda existirem localidades, nomeadamente as freguesias mais afastadas, que têm exatamente os mesmos direitos de quem vive no centro urbano, onde não existem estas infraestruturas básicas que são uma obrigação de qualquer poder local responsável, atribuindo essa situação, ao adiamento dos investimentos por sucessivos executivos municipais e governos. -----

A sua principal preocupação prende-se com o valor do empréstimo, superior a 2,3 milhões de euros, necessário para financiar a parte não comparticipada, questionando, qual será a dívida total do município após o empréstimo, o custo anual do financiamento, que investimentos poderão ficar condicionados pelo aumento da dívida e se esta será efetivamente a última fase de expansão das redes. -----

Regressou à sessão, a Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, retomando a condução dos trabalhos. -----

- **Sílvia Domingos cumprimenta os presentes e os que assistiam à sessão online.**

Como Presidente da Junta de Freguesia de Arões e em nome das juntas de freguesia do interior e das populações locais, manifesta o apoio ao investimento de mais de 4,4 milhões de euros para a expansão das redes de água e de saneamento em Arões, Junqueira, Cepelos, Castelões e Macieira de Cambra, considerando estas obras essenciais para garantir igualdade de condições entre os munícipes. -----

Apesar da satisfação, disse ter preocupações que considera importante esclarecer, isto por considerar que este projeto financeiro está diretamente ligado ao projeto técnico. Assim, sobre o impacto das ETAR, questiona se a localização das três ETAR

2026.06.15



compactas, em Janardo, Junqueira e Arões, salvaguarda as habitações próximas e que soluções serão adotadas para evitar maus cheiros, ruído e outros impactos na qualidade de vida dos habitantes mais próximos; também pretende saber se as ETAR terão capacidade para servir outras localidades no futuro ou se poderão ser facilmente ampliadas, evitando a necessidade de construir novas infraestruturas; questiona se existe um projeto definido para a captação e distribuição de água e se a rede prevista irá abranger todas as habitações das localidades contempladas e, alertando para a escassez de água, especialmente em Arões, durante os períodos mais secos, pergunta se existe algum projeto concreto para resolver este problema. -----

Por fim, congratula o Executivo pelo investimento, essencial para as freguesias, pedindo que as obras avancem rapidamente, frisando a necessidade de garantias técnicas que permitam tranquilizar as populações. -----

- **José Soares** disse que o seu partido, o CDS, enaltece a decisão e manifesta total apoio ao projeto de investimento em redes de água e de saneamento, destacando os investimentos realizados pelo Município, nos últimos mandatos CDS e o aproveitamento de fundos comunitários, nomeadamente do PT 20 20, onde Vale de Cambra foi um dos municípios da Área Metropolitana do Porto, especificamente, o terceiro, que mais fundos comunitários per capita recebeu nesse Programa. -----

Sendo previsível um investimento de cerca de 3,28 milhões de euros elegíveis, com 2,297 milhões de euros de fundos comunitários, e aproximadamente 1,5 milhões de euros em investimentos não elegíveis, suportados pelo Município, parcela que será obtida através de empréstimo bancário, de forma a não sobrecarregar excessivamente o orçamento municipal. -----

Relativamente ao endividamento, a 29 de maio, na Informação Municipal, é referido que a dívida bancária do Município ronda os 7,66 milhões de euros e que, com o novo empréstimo, poderá aproximar-se dos 10 milhões, pelo que, permanece dentro dos



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 134

limites legais e na margem de endividamento disponível, que são 19 milhões de euros, realidade que noutros tempos impedia o Município de recorrer ao crédito. -----

Para descanso das populações, declara que o esforço financeiro com o novo empréstimo será compensado pela conclusão de empréstimos anteriores, em particular, pela amortização do empréstimo do PAEL e de outro empréstimo contraído em 2007, cuja amortização total, libertará cerca de 230 mil euros anuais a partir de 2027. Assim, entende que o Município terá capacidade para suportar as amortizações do novo empréstimo, estimadas em cerca de 130 mil euros anuais, acrescidas dos respetivos juros. -----

Em conclusão, o CDS considera o investimento necessário e financeiramente sustentável, apesar de ainda não serem conhecidas as condições definitivas do novo empréstimo. -----

Ausentou-se por breves momentos, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, ficando a representar a Câmara Municipal, o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Soares. -

- Armando Pina reconhece a necessidade e importância das obras das redes de água e de saneamento, sobretudo pelos benefícios para o abastecimento, pela captação de fundos comunitários e pela consequência na resolução dos problemas de qualidade da atual água em Passô, no entanto, critica a decisão de aprovar já um empréstimo de 2,33 milhões de euros, antes de existir concurso público e de serem conhecidas as condições definitivas da obra e do financiamento, tendo dúvidas quanto ao custo final de que seria realmente de 4,4 milhões de euros, alertando para o risco do concurso apresentar um valor superior, obrigando a novos pedidos de empréstimo. -----

Não concorda com a referência a 70% de financiamento a fundo perdido, uma vez que o empréstimo previsto corresponde a cerca de 52% do investimento apresentado, sendo de opinião que não se devia aprovar um empréstimo sem conhecer o custo final da obra, as condições da dívida e o impacto para os contribuintes. -----

2026.06.15



Concluindo, disse não contestar a necessidade das obras, mas sim a forma e o momento em que o empréstimo está a ser solicitado, considerando que a aprovação, nestas condições, seria um “cheque em branco”. -----

Regressou à sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Silva. -----

Pedindo a palavra, o Deputado Municipal José Soares, tendo em conta a intervenção do DM Armando Pina, esclareceu que o empréstimo solicitado é até 2,332 milhões de euros. Sobre a diferença entre a taxa de comparticipação comunitária e o financiamento global do projeto, disse que dos 3,282 milhões de euros de investimento elegível, 70% (cerca de 2,297 milhões) são financiados por fundos comunitários, ficando os restantes 30% a cargo do Município. A estes valores acrescem cerca de 1,348 milhões de euros de investimentos não elegíveis, necessários para ampliar e preparar a rede para o futuro. Assim, o investimento total ronda 4,5 a 4,6 milhões de euros, sendo nesta globalidade que, aproximadamente, metade é suportada por fundos comunitários e a outra metade pelo Município, através de recursos próprios ou endividamento.-----

Mais disse, que será agora iniciado o procedimento, não sendo, por isso, conhecidas as condições, que serão posteriormente aprovadas pela Assembleia Municipal, que pode votar contra, caso as condições, nomeadamente a taxa de juro, sejam consideradas inadequadas ou excessivas. -----

Uma última palavra sobre o assunto, é dada pelo Sr. Presidente da Câmara, afirmando este, que os esclarecimentos já tinham sido dados pelo Deputado Municipal José Soares, mas que pretendia somente deixar uma nota, tendo também em conta a intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Arões, Sílvia Domingos.-----



2026.06.15

ATA N.º 4126

FL. N.º 135

[Handwritten signature]

Frisou que existe sempre a intenção de expandir as redes de água e de saneamento a todo o concelho, aguardando-se sempre a oportunidade de financiamentos comunitários, que nem sempre existem, ou procurando novas oportunidades de apoio para futuras empreitadas. Contudo, diz tratar-se de um trabalho complexo, demorado e financeiramente exigente, que não acontece somente no nosso concelho, estimando-se que seriam necessários cerca de 100 milhões de euros para alcançar 90% de cobertura do território de Vale de Cambra, pelo que, todos os investimentos devem ser realizados de forma faseada, para que seja garantida, simultaneamente, a sustentabilidade financeira do Município, uma vez que, além da extensão das redes às zonas em causa, estão ainda previstos outros investimentos nessa área, como a requalificação da ETAR de Ossela. -----

Sobre o empréstimo, esclarece que a sua aprovação é necessária antes da abertura do concurso, pois o Município precisa de garantir capacidade financeira para dar início ao concurso para a execução da empreitada. -----

Relativamente às preocupações sobre as ETAR, esclarece que o projeto foi elaborado por uma empresa especializada, tendo as infraestruturas sido dimensionadas para as necessidades atuais e com possibilidade de aumento de capacidade no futuro. As ETAR serão instaladas a jusante e o mais afastadas possível das aldeias, procurando minimizar impactos como odores e outros incómodos para as populações. -----

Mais disse, que não existe ainda nada em concreto para levar água a outras zonas da parte alta de Arões, tendo reunido recentemente com a Águas do Douro e Paiva, entidade que já fornece água em alta em Vila Cova de Perrinho, com o objetivo de avaliar a possibilidade de aproveitar futuras infraestruturas de abastecimento de água em alta, previstas para o Distrito de Viseu, nomeadamente São Pedro do Sul, Mangualde e Vouzela, no sentido de reforçar o abastecimento de água às zonas altas do concelho. -----

2026.06.15



A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, emitir a autorização prévia para a contratação do empréstimo até ao valor de 2.332.031,46€ (dois milhões, trezentos e trinta e dois mil, trinta e um euros e quarenta e seis cêntimos), ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, para suporte do pagamento das componentes não financiadas da obra de “Ampliação de Redes de Abastecimento de Águas Residuais e Abastecimento de Água do Município de Vale de Cambra”, cuja realização e respetivo projeto se aprovam, para que, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, a Câmara Municipal proceda à abertura de Concurso Público, conforme a deliberação tomada por esta, em sua reunião de 03/06/2026.

Conforme o previsto no n.º 3 do artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal, sendo 24 horas, e tendo sido votado o ponto, a Sr.ª Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos e colocou à votação a continuidade da sessão para além desta hora, argumentando que, da ordem do dia, apenas faltava a análise aos pontos 8, 9, 10 e 11, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade dar continuidade à sessão. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Grupos Municipais do PPD/PSD e do CHEGA, para proferirem a Declaração de Voto respeitante ao ponto 7: -----

Declaração de voto do Grupo Municipal do PPD/PSD: “Foi trazida hoje à discussão a emissão da autorização prévia para a contratação do empréstimo como forma de colmatar o autofinanciamento exigido pela candidatura aprovada para a Ampliação das Redes de Drenagem de Águas Residuais e Abastecimento de Água do Município de Vale de Cambra. Uma intervenção que deverá abranger as freguesias de Macieira de Cambra, Arões, Junqueira, São Pedro de Castelões e Cepelos, aumentando a



2026.06.15

ATA N.º 4/26

FL. N.º 136

[Handwritten signature]

cobertura dos sistemas de água e saneamento, reforçando a qualidade das infraestruturas e melhorando a qualidade e robustez do serviço. -----

Importa recordar que a expansão das redes de água e saneamento tem sido uma prioridade assumida pelo PSD e uma matéria reiteradamente defendida pelos seus deputados municipais. Temos defendido uma uniformização das condições, eliminando a perceção de haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda, em função do lugar onde residem. O acesso à água e ao saneamento básicos é um serviço essencial, uma questão de saúde pública e uma condição de igualdade territorial que deve ser assegurada a todos os munícipes. Defendemos até uma estratégia plurianual, para caminharmos no sentido da solução, tendo em conta os montantes que podem estar envolvidos. -----

Também reconhecemos que o município deve aproveitar todos os programas de financiamento disponíveis para alavancar este tipo de investimento. Quando existem oportunidades de financiamento externo para executar obras estruturantes, devem ser utilizadas com responsabilidade porque permitem acelerar respostas que, de outro modo, ficariam adiadas.-----

Dito isto e tendo em conta a recente apresentação das contas municipais, o PSD tem preocupações legítimas que importa deixar registadas. São preocupações que no passado, justificaram a abstenção dos vereadores do PSD em sede própria e que aqui reiteramos, não para bloquear este investimento, mas para exigir rigor na sua execução. -----

Um dos pontos que aqui foi abordado e tem muito a ver com os tempos que atualmente vivemos é a nossa preocupação de que o valor previsto 2.332.031,46€ seja efetivamente suficiente para concretizar a obra num contexto de instabilidade de preços, aumento de custo dos materiais, mão de obra e possíveis condicionantes nacionais e internacionais. Portanto, convém perceber que margem está prevista para

2026.06.15



eventuais derrapagens, que mecanismos de controlo serão adotados para evitar revisões de preços ou encargos adicionais significativos.-----

Em segundo lugar, apesar de esclarecido pelo pelo Deputado Municipal José Soares, preocupa-nos o potencial custo de dívida. Num contexto recente de agravamento das taxas de juro e de incerteza quanto à sua evolução, é fundamental que o Município acautele bem os juros e os *spreads* que possa vir a suportar: -----

Em terceiro lugar, é indispensável que exista um verdadeiro exercício de sustentabilidade, em particular neste setor das águas e saneamento que, na Câmara Municipal, é um dos setores que mais pesa nas contas do município, onde já existem desequilíbrios estruturais relevantes. Esta obra é necessária, mas deve ser acompanhada de uma gestão financeira prudente, de controle rigoroso da execução e de uma estratégia clara para a sustentabilidade futura deste sistema. -----

Assim, o PSD votou favoravelmente esta proposta, pela importância estrutural do investimento e por coerência com aquilo que sempre temos vindo a defender para Vale de Cambra: uma maior cobertura de redes de água e saneamento, mais igualdade territorial e melhor qualidade de vida para todos. -----

Este voto favorável é acompanhado destas preocupações e de várias exigências, esperando-se que, neste processo, o executivo faça uma gestão cuidadosa, transparente, tecnicamente rigorosa, dando resposta às preocupações hoje aqui manifestadas sobre os possíveis desvios nos custos, derrapagens, financiamentos e sustentabilidade das contas municipais.” -----

Declaração de voto do Grupo Municipal do CHEGA: “Votamos favoravelmente este empréstimo, pela importância que é, dar dignidade aos Valecambrenses que estão ainda privados de algo tão essencial como é a água e o saneamento. -----

Contudo, o Grupo Municipal do Chega estará obviamente atento a todo este processo e ao cumprimento das obrigações aqui assumidas por este executivo e, reiterando



[Handwritten signatures]

tudo o que aqui já foi expresso pelo Chega, com sentido de responsabilidade e, nestes termos, damos o nosso voto favorável.” -----

Ausentou-se definitivamente, o Deputado Municipal, José Alberto Pinheiro. -----

PONTO 8 - PROCESSO MEDIDATA N.º 15883/26

**PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA DE VALE DE CAMBRA, DE ACORDO COM
A DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE NO PROCESSO MEDIDATA:**

No uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara diz ser, este Plano, uma ferramenta estratégica do Município para orientar as políticas públicas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, numa continuidade à Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, elaborada em 2019, mas que inclui medidas destinadas à redução das emissões de gases com efeito de estufa. -----

O documento é apresentado como um compromisso do Município com a proteção ambiental e o futuro dos Valecambrenses, foi elaborado por Serviços de várias áreas da Câmara Municipal e a Proteção Civil, tendo sido precedida de consulta pública e de aprovação em reunião de Câmara Municipal. -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais inscritos:

- Ana Rita Martins cumprimentou os presentes e os que assistiam à sessão online. -----

Reconhecendo a qualidade do diagnóstico e das medidas propostas considera positivo e necessário o Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) para preparar o concelho para riscos como incêndios, cheias, ondas de calor e secas, mas, apesar dos contributos apresentados na consulta pública, que não foram totalmente acolhidos, a levaram a concluir que existem algumas fragilidades no Plano, sobretudo pela falta de metas quantificadas, compromissos operacionais, responsáveis identificados e mecanismos de monitorização. -----

Na sua análise, verificou algo muito preocupante que se prende com a evolução demográfica de Vale de Cambra: neste consta que até 2050 se prevê uma perda de

2026.06.15



22% a 28% da população, considerando esta redução demográfica, cerca de 4.813 a 5946 residentes, o principal risco estrutural do concelho, que terá impactos nas escolas, emprego, serviços públicos, associações e apoio às famílias, frisando a existência de uma aparente contradição entre estas projeções e as previsões demográficas da revisão do PDM, principal instrumento de ordenamento do território que também projetava para 2031 uma perda de população, ficando o número de habitantes entre os 21.963 e 22.769, assumindo este, uma diminuição muito lenta e gradual ao contrário do PMAC. -----

No sentido de inverter esta projeção demográfica, questiona o Executivo sobre as medidas para atrair e fixar população jovem e, manter os residentes; as políticas de habitação propostas e a sua articulação com a Carta Municipal de Habitação; quais as estratégias para captar investimento e criar emprego qualificado; a coerência entre o PMAC e o PDM, no que respeita à informação demográfica e territorial; as prioridades de investimento e candidaturas para concretizar as medidas do Plano; o prazo para criar um Conselho Municipal para a Ação Climática e o Observatório Local; como será o envolvimento das juntas de freguesia, escolas, empresas, IPSS e restantes instituições na concretização do Plano; qual a estratégia de comunicação para o acompanhamento público do plano. -----

Em conclusão, espera que o Executivo apresente uma estratégia concreta, monitorizável e centrada nas pessoas, capaz de responder simultaneamente aos desafios climáticos e demográficos do concelho. -----

Durante a intervenção seguinte, ausentou-se da sessão, o Deputado Municipal Armando Pina.-----

- **Albino Almeida** considera que este Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) moldará nas próximas décadas, o futuro socioeconómico, territorial e ambiental do nosso Concelho e, não sendo apenas um regulamento burocrático nem apenas uma



2026.06.15

ATA N.º 41.26

FL. N.º 138

[Handwritten signature]

obrigação legal, existe neste a necessidade de conciliar a atividade industrial, a descarbonização e a proteção das extensas áreas florestais e rurais num sentido estratégico de sobrevivência e valorização do nosso território. -----

Apesar de apoiar a evolução da estratégia municipal num plano integrado de mitigação de emissões e adaptação climática, alerta que um plano sem orçamento, segurança jurídica e fiscalização efetiva, transforma-se em “letra morta” e poderá não ser concretizado, colocando, por isso, questões que se prendem com o: -----

- Financiamento: as medidas do PMAC devem estar acompanhadas de recursos financeiros concretos nos Planos e Orçamentos Municipais. -----
- Segurança jurídica e ambiental: questiona se foi realizada uma Avaliação Ambiental Estratégica que garanta a adequada análise dos impactos das medidas previstas. -----
- Infraestruturas energéticas: defende que o plano deve considerar a presença de linhas de alta e muito alta tensão e parques eólicos, protegendo as populações, o território e o património natural. -----
- Gestão florestal: alerta para a proliferação desordenada do eucalipto, os riscos para os recursos hídricos e o aumento do perigo de incêndios, defendendo uma fiscalização rigorosa das regras de gestão de combustível e das distâncias legais do plantio de árvores. -----

Frisou ainda, que, sendo favorável ao desenvolvimento sustentável, promete acompanhar e fiscalizar a execução deste Plano, com o qual concorda, solicitando que o PMAC passe rapidamente do papel à ação, tornando Vale de Cambra mais verde, resiliente e juridicamente seguro. -----

No uso da palavra, o Sr. Presidente disse haver uma equipa técnica responsável pela elaboração do Plano que analisou os contributos recebidos e integrou aqueles considerados pertinentes. -----

2026.06.15



Relativamente às projeções demográficas, reconhece a preocupação levantada, referindo que o PMAC não tem a demografia como foco principal, cabendo ao PDM um papel mais relevante nesta matéria. Contudo, acredita que as projeções apresentadas podem ser contrariadas através de políticas municipais que melhorem as infraestruturas, habitação, saúde, educação, ação social, zonas industriais, cultura, desporto, lazer e espaços verdes, tal como as várias medidas já pensadas pelo Executivo, tais como os investimentos em água e saneamento previstas e refletidas no Plano. -----

Referiu, por último, que o PMAC é um plano municipal que contribuirá para o crescimento do concelho dentro dos limites das competências do Município, tendo de ser articulado com os respetivos planos regionais e nacionais. -----

A Assembleia Municipal, com catorze abstenções do Grupo Municipal do PSD (13) e da Deputada Municipal M.^a José Aguiar (1), **deliberou**, por maioria dos vinte e seis membros presentes, **aprovar o PMAC** – Plano Municipal de Ação Climática de Vale de Cambra, nos termos do disposto na alínea h) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, conforme deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 03/06/2026. -----

Ausentou-se da sessão, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, Carlos Alberto Tavares e regressou o Deputado Municipal, Armando Pina. --

PONTO 9 - PROCESSO MEDIDATA N.º 3247/26

APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE S. PEDRO DE CASTELÕES - REALIZAÇÃO DA FESTA DA FREGUESIA DE S. PEDRO DE CASTELÕES E DA XXXIII SEMANA CULTURAL:

No uso da palavra, o Sr. Presidente esclareceu que se pede a aprovação do apoio que tem sido usual para a organização da Festa da Freguesia e Semana Cultural em S. Pedro de Castelões, sendo o valor, agora, de 2.000 euros. -----



2026.06.15

ATA N.º 4 / 26

FL N.º 139

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e seis membros presentes, aprovar a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros) no âmbito da realização da Festa da Freguesia de S. Pedro de Castelões e da XXXIII Semana Cultural, conforme o disposto na alínea j) do artigo 4.º do Regimento da Assembleia Municipal, e de acordo com a deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 03/06/2026. -----

Regressou à sessão, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões.

A Sr.ª Presidente da Mesa colocou à votação a antecipação da análise ao Ponto 11 da Ordem do Dia, deixando para último, o ponto 10, por se tratar de uma votação por escrutínio secreto, tendo sido aprovado por unanimidade dos 27 membros presentes. -----

PONTO 11

INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

acerca da atividade desta e da situação financeira do município, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 44.º do Regimento, entre 01/04/2026 e 31/05/2026: -----

A Sr.ª Presidente da Mesa deu a palavra aos Deputados Municipais: -----

- Carlos Rodrigues cumprimentou os presentes e os que assistiam online: -----

Sobre a Informação Municipal prestada, referiu ser esta muito descritiva, havendo necessidade de ser mais objetiva, identificando o grau de execução, resultados, custos e impacto das políticas municipais, como por exemplo, nos seguintes dados: -----

- Empreitadas municipais: várias obras aparecem repetidamente nos relatórios (fevereiro e março e depois abril e maio), sem informação concreta sobre a sua evolução pelo que questiona: qual a percentagem de execução física e financeira de cada empreitada; qual o grau de cumprimento dos prazos inicialmente previstos; que obras apresentam desvios de prazo ou de orçamento? -----

2026.06.15

- Indicadores de desempenho: embora a Informação demonstre uma intensa atividade municipal, faltam indicadores que permitam avaliar os resultados, pedindo informação sobre os indicadores utilizados pelo Executivo para medir a eficácia das iniciativas; qual o custo global das principais ações sociais, culturais, educativas e ambientais; que resultados concretos foram alcançados e como são avaliados? -----
- Habitação: a Informação refere candidaturas e processos ligados à Estratégia Local de Habitação e ao Programa Primeiro Direito, mas não apresenta resultados concretos, questionando quantas habitações foram concluídas; quantas famílias foram apoiadas ou realojadas; qual a taxa de execução financeira dos programas; que montantes já foram recebidos e ainda estão por receber? -----
- Contencioso judicial e administrativo: diz ser precisa maior transparência sobre os riscos financeiros para o Município e assim, pergunta: quantos processos judiciais e administrativos estão pendentes; qual o valor global das contingências financeiras; quantos processos foram instaurados ou concluídos no período; que provisões foram constituídas ou libertadas; existe algum processo com potencial para gerar um impacto financeiro relevante a curto prazo? -----
- Reuniões com o Governo e entidades públicas: questiona a existência de resultados concretos dessas diligências, nomeadamente, que financiamentos foram obtidos ou reforçados; que compromissos foram assumidos pelas entidades envolvidas; que projetos avançaram efetivamente na sequência dessas reuniões? -----

Face ao exposto, e tendo a Assembleia Municipal de acompanhar e fiscalizar a atividade do Executivo, o Grupo Municipal do PPD/PSD é de opinião que a INFORMAÇÃO MUNICIPAL deve passar de uma lógica descritiva para uma lógica



2026.06.15

ATA N.º 4, 26

FL N.º 140

assente em indicadores de execução, resultados e desempenhos, permitindo que efetivamente haja uma avaliação objetiva da execução, dos recursos utilizados, dos custos, dos desvios e os benefícios efetivos para os cidadãos de Vale de Cambra. -----

A Sr.ª Presidente deu a palavra para os eventuais esclarecimentos. -----

O Sr. Presidente esclareceu que o documento apresentado é, por definição, um Relatório da Atividade Municipal desenvolvida pelas diferentes divisões do Município entre duas Assembleias, não se destinando a conter uma descrição exaustiva e detalhada de todos os processos e procedimentos realizados pelo Município, o que tornaria o documento de uma dimensão tal, que poderia chegar às centenas ou mesmo milhares de páginas, o que obrigaria a que o mesmo fosse distribuído com bastante antecedência para ser lido, não sendo isso que se pretende, mas sim, que esta seja uma síntese objetiva da atividade desenvolvida, e que poderia ser formalmente dirigido à Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal, por qualquer deputado municipal que pretenda aprofundar determinada matéria, um pedido da informação detalhada sobre qualquer processo, e que posteriormente, a Câmara Municipal responderia o que fosse relevante. -----

Sobre as principais obras municipais, forneceu alguns dados concretos sobre a **execução física e os prazos previstos**, começando por garantir que, à data, **não existe risco de perda de financiamento associado às obras**. -----

Mais disse, que, apesar de existirem obras em diferentes fases e algumas situações de maior risco ou atraso, ainda não identifica qualquer risco de perda de financiamento.

Quanto à questão do **contencioso judicial e administrativo**, afirmou que todos os processos estão discriminados, incluindo os elementos relevantes e os valores associados, bem como, a identificação de quais serão suscetíveis de provocar impactos financeiros relevantes, informação disponibilizada à Assembleia Municipal, há mais de uma semana.-----

2026.06.15



A **Assembleia Municipal** tomou conhecimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 08/06/2026, acerca da atividade e da situação financeira do Município, no período de 01/04/2026 a 31/05/2026. -----

Retomou-se a Ordem do Dia

PONTO 10

DESIGNAÇÃO DE QUATRO CIDADÃOS PARA INTEGRAR A COMISSÃO MUNICIPAL DE APOIO ÀS PESSOAS IDOSAS E ADULTAS DEPENDENTES DE VALE DE CAMBRA (CMAPIAD):

Após pedido da indicação de cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área, foi indicado um membro por cada Grupo Municipal com representação na Assembleia Municipal, conforme a seguir indicado: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: -----

- Afonso Silva Almeida -----

Pelo Grupo Municipal do CHEGA: -----

- Daniel Jorge Lima de Almeida -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: -----

- Jorge Vasconcelos Correia -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: -----

- Maria de Fátima Fonseca -----

A Assembleia Municipal, após realização de escrutínio secreto de entre os vinte e sete membros presentes, para a eleição dos quatro cidadãos a integrar a Comissão Municipal de Apoio às Pessoas Idosas e Adultas Dependentes de Vale de Cambra, conforme alínea m) do artigo 6.º do respetivo Regulamento, obteve os seguintes resultados: vinte e sete votos a favor da Lista apresentada.



[Handwritten signatures]

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A Sr.^a Presidente deu a palavra ao público, por ordem das inscrições: -----

- **Pedro Almeida cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.** ---

Corroborou as palavras do Sr. Presidente da Câmara sobre as Festas do Município, mas alertou para os prejuízos tidos pelo pequeno comércio provindos da ocupação do espaço público, deixando um elogio pela rapidez em que foi feita a limpeza e reposição do espaço após o evento. -----

Na qualidade de cidadão do município, manifestou a sua preocupação com a decisão que **reclassificou o solo florestal em solo industrial, em Codal**, junto ao Jardim de Infância, na recente revisão do Plano Diretor Municipal aprovada; nesse seguimento, disse estar em inquérito público, a **desafetação de um caminho público** para o domínio privado do município, com vista a uma futura permuta com o proprietário confinante, e, apesar de não ser contra o investimento nem contra o desenvolvimento económico, defende a transparência, apelando à participação dos cidadãos nesse inquérito público, antes da decisão final, a qual deve ter em conta o interesse público e o futuro do município sem prejudicar o património público existente, como infraestruturas, e sem uma demonstração clara dos respetivos benefícios. -----

Manifestou-se contra a instalação da futura **infraestrutura industrial junto ao Jardim de Infância de Codal**, que tem uma zona residencial, o Parque dos Lagos e Complexo Desportivo, salientando os impactos na população, cerca de 900 habitantes, dos quais 600 já se manifestaram formalmente contra esta opção, considerando que esta oposição não devia ser ignorada. -----

Questionou se a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias foi consultada sobre a desafetação do caminho público e, em caso afirmativo, qual foi o sentido do seu parecer; em termos de área e valor do terreno a permutar, perguntou se havia alguma avaliação já feita e qual a respetiva localização. -----

No uso da palavra para responder, o Sr. Presidente da Câmara Municipal informou o munícipe de que a decisão final sobre a **desafetação do caminho** cabe à Assembleia Municipal, e não apenas à Câmara Municipal e esclareceu que o pedido partiu de um proprietário que detém um terreno atravessado por um caminho público, atualmente pouco ou nada utilizado, pretendendo que este seja desafetado para o poder integrar na propriedade para, posteriormente, construir ou realizar **um investimento sujeito aos respetivos licenciamentos**.-----

O procedimento de desafetação foi iniciado por decisão da Câmara Municipal, após elaboração do pedido pelo particular, e encontra-se em consulta pública, durante a

2026.06.15



qual é permitido aos munícipes apresentar contributos ou objeções, que serão presentes à Câmara e à Assembleia Municipal para ser tomada a decisão final. Mais disse que não foi apresentada pela Junta de Freguesia qualquer oposição, chegando mesmo esta a propor a permuta por outro terreno, localizado nas traseiras do Jardim de Infância, de modo a evitar futuras construções na proximidade do edifício escolar. Sobre as infraestruturas existentes no caminho disse que terão de ser salvaguardadas ou eventualmente deslocadas.-----

- Orlando Aguiar cumprimentou todos os presentes e os que assistiam online.---

Pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, o cumprimento da promessa de concluir a requalificação do estradão do Barbeito até ao final de agosto, conforme ficou registado em ata, porque a Câmara Municipal não pode justificar o atraso na intervenção devido aos trabalhos da REN, que pode demorar, defendendo que a população não pode ficar à espera indefinidamente.-----

Salienta ainda o isolamento e o mau estado das estradas e acessos ao Barbeito e Areias, localidades que devem receber a mesma atenção e investimento que o centro do concelho, apelando mais uma vez à concretização das obras prometidas, situação que a população esperará, como referido, ocorra até ao final de agosto. -----

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a dita requalificação do estradão depende da intervenção da REN, a qual deve ser feita em primeiro lugar, tendo esta assumido o compromisso de concluir os trabalhos até agosto, permitindo posteriormente à Câmara avançar com a pavimentação, iluminação, valetas e restantes intervenções. Contudo, espera que a REN assuma o compromisso e não atrase a sua empreitada, para que o início das obra não coincida com o outono ou inverno, o que obrigaria ao adiamento da intervenção municipal para a primavera, evitando a execução das obras em condições meteorológicas desfavoráveis. Mais disse, que a Câmara Municipal tudo fará para que a REN cumpra o prazo previsto e que a intervenção da Câmara Municipal, apesar de não poder garantir quando, sendo um compromisso seu, será feita.

A Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e as intervenções do público, bem como os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal, dando por findo este Período. -----



2026.06.15

ATA N.º 4126
FL N.º 142

- **APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** aprovação de todas as deliberações em Minuta, nos termos do n.º 6 do artigo 65.º do Regimento da Assembleia Municipal, constando da Ata da Sessão, conforme o n.º 8 do mesmo artigo, as Declarações de Voto, podendo também constar em anexo à Minuta da Deliberação, se os declarantes as entregarem à MESA, por escrito ou digitalmente. -----

Verificou-se a ausência definitiva da sessão, do Deputado Municipal, José Alberto Pinheiro e Silva, após a votação do ponto 7 da Ordem de Trabalhos, que ocorreu cerca das 24 horas, aplicando-se, assim, o disposto no n.º 3 do artigo 37.º do Regimento, podendo o mesmo, querendo, apresentar à Mesa a respetiva justificação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e sete membros presentes, **aprovar em minuta** todas as deliberações tomadas na sessão, dada a conformidade do texto previamente distribuído. -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Adriana Helena da Silva Rodrigues, com a presença no Salão Nobre de vinte e sete deputados municipais, deu por concluídos os trabalhos e encerrou a sessão pelas zero horas e quarenta e cinco minutos do dia 16 de junho de 2026. -----

Da sessão, foi lavrada pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, a presente ata, que, achada conforme, vai ser assinada pela Sr.ª Presidente e Secretários da Mesa. -----

A Presidente

Adriana Helena da Silva Rodrigues

O 1.º Secretário

António Manuel de Sousa e Silva

A 2.ª Secretária

Joana Filipa Correia de Almeida

[illegible]